

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE TERRITORIAL

RITA STAMER NEVES

**TERRITORIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA
NO ENTORNO DA AV. FARRAPOS EM PORTO ALEGRE/RS**

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Neves, Rita
TERRITORIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA NO
ENTORNO DA AV. FARRAPOS EM PORTO ALEGRE/RS / Rita
Neves. -- 2020.
92 f.
Orientadora: Claudia Luisa Zeferino Pires.

Coorientador: Mario Leal Lahorgue.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2020.

1. Prostituição. 2. Território. 3. Mulheres. I.
Zeferino Pires, Claudia Luisa, orient. II. Leal
Lahorgue, Mario, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RITA STAMER NEVES

**TERRITORIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA
NO ENTORNO DA AV. FARRAPOS EM PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa análise territorial, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Mario Leal Lahorgue

Porto Alegre

2020

RITA STAMER NEVES

**TERRITORIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA
NO ENTORNO DA AV. FARRAPOS EM PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa análise territorial, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires (UFRGS)

Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue (UFRGS)

Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa (UFSM)

Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS)

Porto Alegre

2020

“Não se nasce mulher: torna-se”

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde física e mental para concluir esse trabalho em meio a uma pandemia.

Aos meus pais por serem meu norte, por sempre me apoiarem em todas as decisões que tomei em minha vida e por estarem sempre presentes.

Ao meu marido, Rafael, pela paciência, carinho, compreensão e por todo o apoio emocional.

Ao professor Mario por ter me aceitado como orientanda, mesmo sendo uma pessoa de fora da geografia; por suas orientações, seus ensinamentos e por sempre estar disposto a encarar esse desafio comigo, além de me acalmar nas horas de aflição.

À professora Claudia por me receber de braços abertos e pelas orientações sempre carinhosas.

Aos colegas servidores da POSGEA, Michele e Pedro, pelo atendimento sempre eficiente e acolhedor.]

Aos professores Benhur Pinós e Nelson Rêgo pelos comentários construtivos e pertinentes e por participarem da Banca.

À professora Joseli e ao professor Márcio Ornat pelos ensinamentos.

Ao meu grande amigo e irmão, Magno, por mostrar o caminho do conhecimento, me encorajar e por sempre estar presente me ajudando nos momentos de angústia.

Agradeço às minhas “manas” Cris e Vivian pelo carinho, à Sabrina Endres pelo auxílio com os mapas e à colega e amiga Rosane Nunes por todo o empoderamento e incentivo.

Meu maior agradecimento é direcionado à “D” e às mulheres que abriram o seu mundo e seu coração a uma pessoa estranha: desejo, do fundo do meu coração, que todas permaneçam bem diante de todas as adversidades.

RESUMO

Este trabalho analisa a prostituição de mulheres trans* e cis na região da Avenida Farrapos, em Porto Alegre e objetiva identificar o motivo da concentração da prostituição no eixo existente na Avenida Farrapos e adjacências na cidade de Porto Alegre, além de verificar os outros fatores que caracterizam a prostituição naquela área. Também foi traçada uma breve análise sobre a prostituição, demonstrando a relação entre cliente, cafetões e prostitutas; descrição da relação entre a prostituição e a militância política. Para fazer isso, são apresentados os conceitos de espaço e território e é discutida a territorialidade da prostituição. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica para o referencial teórico, pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas com três prostitutas trans* e três cisgênero, com abordagem qualitativa, colhendo dados narrativos que foram posteriormente ponderados sob a ótica da análise do discurso. A literatura refere que a ocupação do espaço pelas prostitutas é decorrente de uma trajetória histórica: a questão do território faz parte da condição humana e todos os tipos de agrupamento de pessoas caracterizam uma territorialidade. O resultado das entrevistas mostrou que podem haver diferentes territórios para prostitutas trans* e cis e que a natureza deste agrupamento não é efêmera, já que elas estão rotineiramente nos mesmos pontos e se conhecem. Concluiu-se que há necessidade de continuidade das pesquisas sobre o tema, especialmente em relação aos clientes da prostituição.

Palavras-chave: Prostituição. Território. Mulheres Trans. Mulheres Cis.

ABSTRACT

This work dealt with the analysis of prostitution of trans* and cis women in the region of Avenida Farrapos, in Porto Alegre. The general objective was to identify the reason for the concentration of prostitution on the existing axis on Avenida Farrapos and its surroundings in the city of Porto Alegre, in addition to verifying other factors that characterize prostitution in that area and the specific objectives were to outline a brief analysis of prostitution, demonstrating the relationship between client, pimps and prostitutes; describe the relationship between prostitution and political activism; present the concepts of space and territory, feminist geography and discuss the space and territoriality of prostitution. The methodology consisted of bibliographic research for the theoretical framework, field research through structured interviews with three trans * and three cisgender prostitutes, with a qualitative approach, collecting narrative data that were later considered under the perspective of discourse analysis. The literature states that the occupation of space by prostitutes is due to a historical trajectory, the issue of territory is part of the human condition and all types of group of people characterize territoriality. The results of the interviews showed that there are no different territories for trans * and cis prostitutes, as they operate in the same territory and that the nature of this group is not ephemeral, since they are routinely at the same points and know each other. It was concluded that there is a need for further research on the topic, especially in relation to prostitution clients.

Keywords: Prostitution. Territory. Trans women. Cis women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sylvia e Marcha durante protesto	14
Figura 2	Pontos de prostituição existentes no entorno da Avenida Farrapos	30
Figura 3	Degradação de prédios na Avenida Farrapos	37
Figura 4	A disposição das entrevistadas na área de estudo	42
Figura 5	Região da UNIMED da Avenida Farrapos, local que representa a separação territorial entre mulheres trans e cis	53
Figura 6	Esquina da Rua São Carlos com a Rua Sete de abril. Local marcado pela prostituição das mulheres trans*	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 BREVE ANÁLISE SOBRE A PROSTITUIÇÃO	5
2.1 QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E LEGALIDADE	6
2.2 A RELAÇÃO ENTRE CLIENTES, CAFETÕES E PROSTITUTAS	8
3 A GÊNESE DA MILITÂNCIA POLÍTICA DOS GRUPOS	13
3.1 A REVOLUÇÃO DE STONEWALL INN	13
3.2 A OCUPAÇÃO DA IGREJA SAINT-NIZIER EM LYON	16
4 ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO	19
4.1 A GEOGRAFIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO E FEMINILIDADES	23
4.2 O ESPAÇO E A TERRITORIALIDADE DA PROSTITUIÇÃO	26
5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: PROSTITUIÇÃO EM PORTO ALEGRE	32
5.1 O ENTORNO DA AVENIDA FARRAPOS: DA CRIAÇÃO À REVITALIZAÇÃO	34
6 METODOLOGIA	38
7 OBSERVAÇÕES E DISCUSSÕES	41
7.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS MULHERES CIS E TRANS*	41
7.1.1 Adversidades encontradas	42
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A prostituição é conhecida como a profissão mais antiga do mundo, porém o fato de ser a mais antiga não lhe garante nenhum privilégio, já que continua sendo vista como afronta à moral e aos bons costumes. No sistema capitalista, as posições sociais são determinadas basicamente pela situação dos indivíduos e vinculadas ao desempenho em suas atividades produtivas. Dessa forma, as profissionais do sexo se encontram, muitas vezes, marginalizadas, sendo impedidas de exercerem direitos inerentes a qualquer trabalhador.

Dentre as características da atividade dos profissionais do sexo, pode-se citar a tendência de concentração em determinadas regiões das zonas urbanas. Dito isso, ressalta-se que a Avenida Farrapos pode ser vista como uma das principais vias da cidade, pois conecta a região central da capital à Zona Norte e à parte da região metropolitana. Assim, trata-se de uma das linhas de entrada da capital gaúcha, sendo, inclusive, uma das vias de acesso ao aeroporto. Apesar de contar com um grande número de empresas dos mais variados ramos e prédios residenciais, a rua, durante à noite, tem suas características alteradas em alguns pontos, tornando-se um território concentrado de prostituição. Isso é, em Porto Alegre, especificamente, observa-se uma concentração da prostituição na região da Avenida Farrapos.

A análise da prostituição na Avenida Farrapos possibilita abordar os conflitos na sociedade contemporânea, pois, como já dito, essas áreas de meretrício coexistem com outras atividades cotidianas, como comércio, escritórios etc.

Analisa-se a prostituição na referida avenida – e nas adjacências –, que fica localizada na área central de Porto Alegre. Trata-se de um local cheio de peculiaridades, por apresentar uma divisão em territórios distintos: de um lado, mulheres cisgênero e, do outro, mulheres trans*¹. A divisão geográfica está diretamente ligada à identidade dos grupos, que podem entrar em conflito quando há a invasão de seus espaços ou a presença do desconhecido, já que viver da prostituição consiste em uma luta diária pela sobrevivência.

¹ Uma pessoa trans tem identidade de gênero diferente do sexo biológico com o qual nasceu (PEREIRA, 2018). Optou-se neste trabalho pela utilização do termo com * pois expressa diferentes identidades, como a transexual, transgênero e travesti, uma vez que o termo trans é um termo abrangente que evita exclusões.

Pretende-se analisar a prostituição em tais espaços, abrangendo tanto as mulheres trans*, quanto as mulheres cisgênero², em alguns dos locais onde é exercida, em cruzamentos de ruas que compreendem o entorno da Avenida Farrapos. Busca-se, assim, verificar se a ocupação territorial é perene ou se, por motivos alheios à vontade das profissionais – seja por violência, por repreensão moral ou por conflitos –, pode ocorrer a mobilidade.

Serão averiguados, ainda, os fatores sociais que envolvem a vida das profissionais do sexo que, muitas vezes, são forçadas a pagar valores para exploradores das suas atividades, mesmo ocupando espaços públicos.

A pesquisa tem por objetivo geral identificar o motivo da concentração da prostituição no eixo existente na Avenida Farrapos, além de verificar outros fatores que caracterizam a prostituição naquela área. Nos objetivos específicos visa-se averiguar a seguinte questão: existe a formação de territorialidades distintas entre os grupos de prostitutas que se concentram na região da Avenida Farrapos, na cidade de Porto Alegre?

Desse modo, o problema de pesquisa reside em estudar se existem diferentes territórios desses grupos de mulheres trans* e cisgênero, interligados a processos identitários que formaram territorialidades. Será verificado, ainda, se há natureza efêmera nos agrupamentos das envolvidas, o que possibilitaria formatar múltiplas territorialidades ao longo da Avenida Farrapos e suas redondezas, na cidade de Porto Alegre.

A opção por um trabalho dessa natureza decorre da importância de se discutir e investigar a prostituição como uma atividade que se molda às mudanças sociais, sendo remunerável de acordo com sua qualidade e especificidade. Essa relação é permeada por diversos tipos de violência econômica ou social que têm embasado as discussões sobre o tema, como as disputas de território e a violência.

Outro ponto que justifica o estudo em questão é a indagação de existir ou não mobilidade entre as mulheres envolvidas; ou seja, o questionamento se, de fato, há uma mutação dos locais, conforme condições alheias à vontade das envolvidas, ou se a apropriação simbólica pelos grupos de espaços públicos e abertos é perene.

² Termo utilizado para pessoas que se identificam totalmente com seu gênero de nascença (BEAUVOIR, 2012).

Este estudo leva em consideração que a prostituição, nessas últimas décadas, tem passado por transformações conceituais, possibilitando iniciativas inovadoras nas políticas públicas por meio da luta efetiva do movimento de mulheres prostitutas.

Por fim, parte-se da hipótese de que existe dissidência entre as mulheres trans* e as mulheres cisgêneros, havendo disputa territorial entre os dois agrupamentos, seja por receio da perda de clientes, por questões de gênero ou, ainda, por pressões externas vindas de possíveis exploradores, tais como agentes públicos ou milícias.

2 BREVE ANÁLISE SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Primeiramente, é relevante fazer uma breve cronologia histórica da prostituição. Entende-se prostituição como a realização do sexo para a satisfação da outra pessoa, obtendo para isso um pagamento por essa prática.

Nos tempos mais remotos, nos primórdios da humanidade, pode-se dizer que não se vislumbrava ao certo se havia prostituição, pois, durante a Pré-História, a sexualidade dos seres humanos ocorria de forma livre, notadamente não importando o momento, com quem e nem mesmo o lugar onde era praticada. Assim, importava unicamente o desejo da mulher pelo companheiro e vice-versa. Nesse sentido, conforme relata Queiroz (2017), as diversas sociedades humanas viviam certa liberdade sexual, entretanto, não se pode afirmar se havia ou não a prostituição.

No que se refere à sua origem, Pereira (2009) menciona que a prostituição se iniciou nos templos em que os serviços sexuais eram fornecidos de forma gratuita aos deuses, em rituais de fertilidade e procriação. Pode-se dizer que esse tipo de meretrício se dava como recreação e que o sexo era uma forma de as pessoas acessarem o divino. Nessa época, as mulheres eram reverenciadas como grandes sacerdotisas e, portanto, eram consideradas sagradas.

Segundo Rossiaud (1991), na Idade Média, as trabalhadoras sexuais passaram a ser perseguidas numa tentativa frustrada de extinguir a prostituição, já que o ofício desonrava a moral e os bons costumes cristãos. Assim, emergiu o desequilíbrio de poder entre a prostituta e o cliente pagador e a prostituição passou a ocupar um lugar totalmente desprovido de privilégios.

No Brasil, a prostituição teve início no século XVI com a exploração das escravas. Segundo Moura (2004), as mulheres serviam seus corpos aos seus donos. Além disso, através de uma carta de autorização, os proprietários de escravos permitiam que mulheres escravas cedessem seus corpos a terceiros, a fim de obter vantagens na exploração sexual delas.

Séculos depois, conforme alude Rago (2008), a partir da segunda metade do século XIX houve maior disseminação dos prostíbulos e da prostituição de rua na sociedade brasileira, sendo, esses espaços, frequentados por homens de várias classes sociais. Com essa difusão, a prostituição passou a incomodar a sociedade

patriarcal da época, tanto por afrontar a moral e os bons costumes quanto por ocorrer em várias áreas das cidades, prejudicando a valorização imobiliária. A necessidade de limitar a prostituição mobilizou a sociedade e as prostitutas passaram a ser perseguidas energeticamente pela polícia e pelos médicos, por serem acusadas de disseminar doenças sexualmente transmissíveis.

Além disso, Pelúcio (2005) aduz que a prostituição pode ser entendida: 1) como uma atividade desprestigiada, exercida por pessoas que se relacionam em casos de necessidade, e que cortam relações assim que possível; 2) como uma maneira de se desenvolver socialmente, além de conquistas materiais e simbólicas; 3) como um trabalho, sendo, dessa forma, “geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade” (PELÚCIO, 2005, p. 223).

Vale ressaltar que a situação das trabalhadoras sexuais, seus principais dilemas e desafios estão diretamente relacionados à sua identidade social, que é originária de uma transgressão das regras e normas de gênero e sexo socialmente aceitáveis. Essas mulheres, conforme menciona Nabozny (2013), estão em situação de prostituição e os discursos conservadores tentam atacar a própria mulher prostituída em vez de debater todos os problemas sociais que englobam a prostituição.

2.1 QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E LEGALIDADE

No que diz respeito aos sujeitos constituintes da prostituição feminina, abordados neste trabalho, reforça-se a utilização do termo trans*, pois ele expressa diferentes identidades, como a transexual, a transgênero e a travesti; já o cisgênero abrange as mulheres que se identificam completamente com o seu gênero de nascimento.

Assim sendo, considerar o gênero de uma pessoa como sinônimo de sexo, a partir das características biológicas, remete claramente a uma visão em que mulheres estão ligadas à sensibilidade e à maternidade e os homens à racionalidade e à paternidade. Sobre isso, Silva (2014) diz que:

Esta visão acerca dos papéis das pessoas do sexo feminino e masculino (estereótipos sociais) é construída socialmente, e assim pode ser considerada altamente influenciada por padrões culturais e interesses de instituições. Normas estabelecidas por uma sociedade heteronormativa

(que considera o hétero normal e o que há de diferente como anormalidade) buscando uma hegemonia e evitando possíveis “desvios” que são definidos como: mulheres que não querem ter filhos, casais homoafetivos/homossexuais, homens e mulheres que reconstroem seu corpo na procura do reconhecimento de seu gênero, dentre outras particularidades que nos fazem pensar se nossos desejos são provenientes de nossas estruturas biológicas e hormonais e/ou são construídas social e culturalmente (SILVA, 2014, p. 170).

Nesse sentido, Butler (2003) alude que os corpos detêm determinadas características físicas a partir da sua criação cultural, sendo uma performatividade de macho ou fêmea com base nas práticas e relações já apresentadas na sociedade, ou seja, determinam o assujeitamento do indivíduo por meio de normas, gerando um controle que parece natural, mas que não se refere a uma escolha do sujeito e, sim, a uma obrigatoriedade.

Conforme Louro (2001), as práticas sexuais são um conjunto de convenções culturais que ganham sentido no social. O termo travesti, segundo Kulick (2008), é um produto da identidade brasileira, sendo as travestis pertencentes à nossa cultura popular, porém, as travestis são múltiplas e transpassam essa definição única de identidade.

As pessoas transexuais têm como dificuldade principal o seu reconhecimento na sociedade como membro do gênero com o qual claramente se identificam e não com aquele determinado por sua condição biológica.

Além disso, as pessoas trans* ainda carregam em seu histórico a patologização de sua condição, sob a tutela de uma identidade oposta aos cisgêneros. Com o peso da corporeidade que não tem a visibilidade heteronormativa, passam a ser mais vistos como pessoas de caráter perturbado ou deformado, com problemas mentais e doenças traumato-psicológicas.

Porém, o que se constata na realidade é uma difícil e delicada situação durante o processo de construção de uma nova identidade trans*. De acordo com Silva (2014):

Os indivíduos sofrem com suas dúvidas interiores e preconceitos internos e externos, de tal forma que passa a olhar ao seu redor e se considerar ‘anormal’, sujeito não reconhecedor e respeitador de seu corpo, ‘aberração’ da natureza, na tentativa de expressar seu sentimento de descontinuidade fortalecido a partir da pressão feita pelo padrão hegemônico vigente, que considera o hétero normal, e apesar de a orientação sexual não heterossexual ter sido removida do CID (Classificação internacional de Doenças) em 1993, ainda

existem resquícios afora deste parâmetro burocrático, como a proposta de decreto 234/11 do deputado Federal João Campos (PSDB-GO) apelidada de 'cura gay'; que causou polêmica, porém recebeu apoio de diversos setores da sociedade brasileira, o que mostra que muitos ainda consideram uma anormalidade o fato de algum indivíduo não ser heterossexual, e por isso pensam que deve existir uma possibilidade de 'tratamento' para este. (SILVA, 2014).

Já Ornat (2008), explica que a participação social das mulheres trans* na sociedade é mitigada, estando mais para o ideal do que para o real.

A vida cotidiana das travestis é marcada pela exclusão e é através das pequenas brechas que elas podem desenvolver táticas de sobrevivência. A existência das travestis é marcada por uma diversidade de ameaças, desde assaltos, brigas, rivalidades, violência, drogas e discriminação. Tais ações são resultados da consideração de que estes indivíduos são pessoas anormais, não pertencentes a uma sociedade que é tolerante com prostitutas, mas invariante com travestis.

De fato, há ainda um longo percurso a ser percorrido no que tange ao respeito e à aceitação, para que seja realizado todo o processo de construção de uma nova identidade trans* no Brasil.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE CLIENTES, CAFETÕES E PROSTITUTAS

Tradicionalmente, a análise da prostituição focada no profissional do sexo é muitas vezes limitada ao seu comportamento, sua história sexual, sua saúde física e mental. No entanto, está se tornando cada vez mais evidente que tal abordagem é incompleta, pois uma pessoa não poderia se prostituir sem um cliente e, muitas vezes, sem uma pessoa que explorasse o seu trabalho, o chamado rufião ou cafetão.

Portanto, é importante ir além do simples estudo do indivíduo, para adotar uma perspectiva de análise social global, que leva em consideração tanto os fatores socioeconômicos que afetam o profissional, quanto os outros dois atores na tríade da prostituição: o cliente e o cafetão (BEAUVOIR, 2012).

O cliente continua sendo o grande desconhecido do sistema de prostituição. Geralmente, a ciência tem se interessado por uma perspectiva sócio-sanitária relacionada aos riscos de contrair doenças, além disso, ao longo da história, vários

exames de saúde impostos aos profissionais destinam-se prioritariamente à proteção do cliente (CHILAND, 2015).

Uma das principais características daqueles que utilizam os serviços de prostituição é que eles são do sexo masculino – estima-se que de 96% a 99% (BEAUVOIR, 2012). Embora a prostituição possa parecer profissão de mulheres cisgênero (mulheres cis), a representação trans* tem aumentado significativamente (LINS, 2014).

Para explicar seu recurso à prostituição, os clientes, em sua maioria homens casados, invocam a solidão, problemas sexuais, o desejo de obter atos sexuais recusados pela esposa e o desejo de ter uma história sexual breve e descomplicada (CHILAND, 2015). Os clientes não têm de se preocupar com o bem-estar do profissional ou com a contracepção: o ato de pagar por sexo exime os clientes dessa responsabilidade e lhes dá alguma forma de poder sobre as escolhas do serviço prestado (DIMENSTEIN, 2013).

Outra parte interessada na tríade da prostituição é o cafetão. Em sua análise das várias políticas criminais relacionadas à prostituição, Ouvrard (*apud* MARGOTTI, 2017) agrupa os rufiões em duas categorias: os que utilizam da força física e os que adquirem confiança, oferecendo apoio. Segundo Ouvrard (*apud* MARGOTTI, 2017), a primeira categoria promove a prostituição de outros ou lucra com ela: esse tipo de cafetão usa violência física, intimidação, truques e todo tipo de pressão para forçar uma pessoa a prostituir-se ou a continuar se prostituindo. O segundo tipo de aquisição, ainda segundo a autora, refere-se à atitude de alguém que está contente em ajudar, proteger ou lucrar com a prostituição de outros. Esse apoio, direto ou indireto, pode, por exemplo, permitir que clientes e profissionais se encontrem, proporcionando um local para isso ou colocando-os em contato; em troca, o profissional paga uma certa quantia ao cafetão (MARGOTTI, 2017). Geralmente, o primeiro tipo de rufianismo é proibido pelas várias legislações nacionais, enquanto o de apoio é objeto de legislações mais ou menos tolerantes (OLIVEIRA, 2018).

A definição de cafetão aplica-se não apenas a indivíduos ou grupos. Também pode afetar estados que lucram com a prostituição. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho mostrou que as atividades comerciais relacionadas a serviços sexuais constituem renda nacional significativa: de 2% a 14% da renda nacional de quatro países do Sudeste Asiático; a França, por sua vez, cobra

impostos sobre a renda dos profissionais do sexo, mas também sobre os cafetões, cujas atividades, por outro lado, são consideradas ilegais (CHILAND, 2015).

Para Lins (2014), geralmente entende-se por cafetão um indivíduo que supervisiona um ou mais profissionais. Obviamente, é impossível quantificar com precisão a porcentagem de profissionais que tem cada cafetão, no entanto, algumas organizações especializadas em questões de prostituição indicam que 80% a 95% de todas as formas de prostituição são controlados por um cafetão (MARGOTTI, 2017).

Em relação aos profissionais do sexo, como os clientes são quase exclusivamente homens, a predominância é de mulheres cisgênero. Estima-se que, em geral, as mulheres cis representem cerca de 80% a 90% das pessoas que se prostituem (OLIVEIRA, 2018). No entanto, os estudiosos dizem ver uma ligeira tendência de prostituição masculina em alguns países, onde a homossexualidade é mais tolerada atualmente e em partes do mundo onde o turismo sexual com meninos se desenvolve, mas a grande maioria dos profissionais do sexo ao redor do mundo ainda são mulheres e meninas (DIMENSTEIN, 2013).

A prostituição é frequentemente realizada em um contexto de ilegalidade e clandestinidade, o que impede que uma imagem clara dos profissionais seja desenhada. Além disso, mesmo em países onde a prostituição é legalizada, muitas mulheres cis continuam a se prostituir fora do quadro legal por causa da impossibilidade de cumprir os requisitos prescritos por lei. A grande variedade de formas que a prostituição assume hoje torna mais difícil quantificar tal fenômeno (LINS, 2014).

Em relação à idade com a qual as mulheres cis ou meninas começam a se prostituir, mais uma vez, é impossível obter uma resposta precisa. No entanto, parece consenso que a prostituição tende a ocorrer mais com as mulheres jovens, sendo que a maioria dos estudos coloca a idade média de prostitutas adultas em vinte e três ou vinte e quatro anos; no que tange à idade de entrada na prostituição elas costumam mentir, entretanto, pode-se pensar que seja a partir dos quinze ou dezesseis anos (DIMENSTEIN, 2013).

Nos países em desenvolvimento, onde as mulheres lutam contra a pobreza extrema, a idade média é muito menor, muitas vezes, a idade de início se dá por volta dos doze anos. De fato, estudos indicam a existência de um fenômeno

significativo de prostituição de menores, indicando uma taxa de mais de um milhão de crianças prostitutas ao redor do mundo (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

Atualmente, a prostituição é exercida em uma infinidade de formas. Pode ser visível no espaço público, então pensa-se em prostituição de rua, como ocorre na área de Porto Alegre, objeto desta pesquisa. Também pode ser mais discreta: em bordéis, legais e ilegais, residências privadas, bares, hotéis, restaurantes, casas de massagem, salões de cabeleireiro eróticos, bares dançantes e agências de acompanhantes.

Às vezes, as profissionais do sexo fazem parte das atividades de lazer oferecidas aos participantes de convenções e aos viajantes de negócios, assim como estão disponíveis nas áreas frequentadas pelos caminhoneiros. Na Ásia, Tailândia e Camboja, prostitutas são encontradas em um bordel, sentadas em uma plataforma atrás de uma janela numerada para facilitar a escolha do cliente. Às vezes podem ser escolhidas em um catálogo contendo características específicas para cada prostituta (BEAUVOIR, 2012).

No geral, as prostitutas devem lidar com um ambiente extremamente violento: a violência do cliente, dos cafetões, da polícia, de outras prostitutas e da população. Muitos estudos sobre as prostitutas em vários países indicam índices excessivamente altos de agressão, que podem incluir ameaças, estupro, assalto à mão armada e, até mesmo, assassinato (CHILAND, 2015).

Como resultado dessa violência, há consequências físicas e psicológicas significativas. Tanto é assim, que uma alta taxa de prostitutas tem sintomas de transtorno de estresse pós-traumático mais graves do que os veteranos da Guerra do Vietnã e da Guerra do Golfo Pérsico (OLIVEIRA, 2018).

Vale ressaltar que as prostitutas, na Ditadura Militar, muitas vezes levadas à prisão por descumprimento à Lei da Vadiagem, referente ao artigo 59 do Decreto-Lei nº 3.688/41, que ainda está em vigor. A conduta recriminada abrange “*entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita*”, com punição de prisão, de quinze dias a três meses. Segundo (BARNAT, 2016) “o Art. 59 da LCP, a famigerada ‘Lei de Vadiagem’ permitia e legitimava o poder público através desse mecanismo legal ou jurídico, estabelecendo as punições e sanções do poder disciplinar, que se materializava

não só na privação de liberdade (...), mas também na violência física, tortura, extorsão, exploração ou abuso sexual. “

Por mais que esse artigo da Lei esteja em desuso, mesmo existindo projetos de lei para sua revogação, ele permanece na Lei de Contravenções Penais em Vigor, portanto, não havendo impedimento para aplicá-lo.

Outro fenômeno comumente associado à prostituição é a dependência de drogas. Para alguns estudiosos, drogas e álcool são dois gatilhos que gradualmente levam as mulheres à prostituição. Diante do aumento do consumo, que muitas vezes se transforma em dependência, as mulheres recorrem à prostituição para obter rapidamente o dinheiro de que necessitam. Para outros, o vício em drogas é mais uma consequência da prostituição, pois as mulheres que costumam ter sérias dificuldades na prostituição usariam drogas e álcool para superar seu desgosto (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

Porém, nenhum estudo, ainda, foi capaz de determinar com precisão o que está causando e qual é a consequência da ligação entre prostituição e dependência de drogas e álcool.

3 A GÊNESE DA MILITÂNCIA POLÍTICA DOS GRUPOS

Cumpre mencionar os principais movimentos que culminaram no crescimento político dos grupos analisados nesta pesquisa.

3.1 A REVOLUÇÃO DE STONEWALL INN

O grande marco da luta LGBT ocorreu no bairro do Greenwich Village, em Nova York. O Stonewall Inn era um bar e boate frequentado por pessoas heterossexuais durante os anos cinquenta, que permaneceu assim até ter suas atividades encerradas no início dos anos sessenta. No entanto, o local foi reaberto em 1966 e os sócios desse novo negócio decidiram destacá-lo como um clube de bebidas privado, o que passou a atrair o público *gay*, pela discricção inicial do local. Destaca-se que, à época, qualquer prática homossexual era considerada crime em todos os estados americanos, cuja punição poderia variar entre prisão em regime fechado, trabalhos forçados ou, até mesmo, a pena de morte (COLLING, 2011).

Os proprietários do estabelecimento, membros de uma família atuante na máfia italiana, pagavam propina à polícia semanalmente, a fim de que o bar permanecesse aberto, sendo o único reduto *gay* da cidade à época. No bar, os clientes podiam se refrescar com uma bebida servida por uma *drag queen* chamada Maggie Jiggs, o que poderia ser considerado, ao mesmo tempo, uma afronta moral e um crime, pois as leis do estado de Nova York proibiam que homens se travestissem de mulher. A pista de dança era iluminada com luzes escuras a fim de proteger a privacidade dos presentes. Além disso, caso a polícia ou alguém suspeito chegasse inesperadamente, os holofotes instantaneamente iluminavam a área de dança, indicando cuidado e discricção a todos os presentes (RIBEIRO, 2011).

As pessoas que frequentavam o Stonewall Inn eram transexuais, travestis, negros e jovens *gays*, os quais, na maioria das vezes, se dedicavam ao trabalho sexual. Muitos eram adolescentes que haviam sido expulsos de casa devido à orientação sexual (QUEER FEED, 2019).

Sylvia Rivera tinha 18 anos quando começaram os famosos tumultos de Stonewall; de origem porto-riquenha e venezuelana, ela se tornaria mais tarde uma das ativistas mais reconhecidas do coletivo *trans**. Essa adolescente havia

abandonado sua vida como prostituta para trabalhar em um local em que seu chefe lhe permitia usar maquiagem se ela se sentisse bem e, na madrugada do dia 28 de junho de 1969, ela compareceu à festa de sua amiga Marsha P. Johnson no Stonewall Inn. Foi quando a polícia invadiu o local inesperadamente, pedindo aos clientes para formar uma linha e mostrar sua documentação (LADO A, 2017).



Figura 1 Sylvia e Marsha durante protesto³

Parecia um ataque baseado na moral e nos bons costumes, em que apenas aqueles sem documentação seriam presos. Porém, um dos policiais perguntou à Sylvia Rivera se ela era homem ou mulher. Ao se negar a responder e se revoltar contra essa atitude, Sylvia Rivera encorajou a multidão de clientes a entoar gritos de ordem a fim de resistirem ao ataque. Um policial a levou à porta do local e, assim, ela e outras mulheres trans* foram presas por não usarem o mínimo de três peças de roupas correspondentes ao seu “gênero” (masculino), conforme exigido pela lei da época (RIBEIRO, 2011).

³ Fonte: Revista Híbrida, disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/content/uploads/2019/07/sylviaemarsha.jpg>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

As leis de Nova Iorque e de outras localidades autorizavam a prisão das pessoas que não estivessem com, pelo menos, três peças de roupas apropriadas ao seu 'gênero'. Não deveriam se 'travestir'. Essa era uma das muitas 'condutas' homossexuais criminalizadas (NÓBREGA, 2017).

A ação policial surpreendeu a administração da Stonewall, que normalmente recebia um aviso, da polícia que subornava, em caso de invasão. Porém, nessa ocasião, o ataque foi orquestrado pelo governo federal. O Escritório de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo (BATF), de Oklahoma City, descobriu que as garrafas de álcool que eles usavam no clube careciam de selos federais, e “ao colocar Stonewall sob vigilância, a BATF havia descoberto a relação corrupta do bar com a delegacia do sexto distrito” (DUBERMAN, 2014, p. 25).

A maioria dos clientes opuseram resistência à polícia quando perceberam a prisão injusta das pessoas. Na rua, esse grupo de clientes se tornou uma multidão considerável e essa situação surpreendeu os agentes, fazendo com que a polícia atacasse mais fortemente, já que o coletivo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) estava respondendo à repressão policial, atirando-lhes qualquer objeto que estivesse à mão (COLLING, 2011). Os policiais “estavam acostumados a fazer as pessoas calarem a boca, mas eles [clientes] devolveram os golpes. Gays, trans* e latinos responderam a algo que normalmente não era respondido” (DUBERMAN, 2014, p. 26).

Como resultado dessa briga, que durou até as primeiras horas da manhã, quatro policiais ficaram feridos e cerca de trinta pessoas entraram nas masmorras da Delegacia de Polícia do Sexto Distrito, das quais sete eram funcionários da Stonewall Inn; os detentos foram acusados de perseguição, por resistirem à prisão e por desobediência. Porém, sabe-se que “a polícia estava determinada, desde o início, a reprimir a rebelião, esmagar cabeças e quebrar ossos”, segundo Duberman (2014, p. 26).

Mesmo com a destruição interna do bar pela ação policial, na noite do dia seguinte, uma multidão ainda maior se aglomerou nas redondezas do Stonewall Inn para demonstrar, agora na rua, o que faziam secretamente dentro do bar: beijos entre casais gays e lésbicos, homens travestidos, a fim de lutar por reconhecimento e respeito perante à sociedade (COLLING, 2011).

A revolução de Stonewall Inn foi considerada o marco inicial da militância política LGBT, pois abriu margens para a criação de inúmeras organizações que lutam pelos direitos de LGBTs, inclusive dando início, em 1970, à criação da Street Transvestite Action Revolutionaries (*STAR*). Essa organização, fundada por Sylvia e Marsha, anteriormente mencionadas, lutava pelo reconhecimento de direitos das prostitutas, das pessoas trans*, dos sem-teto, etc.

3.2 A OCUPAÇÃO DA IGREJA SAINT-NIZIER EM LYON

Já na França, diante do rigor excessivo da polícia e do fato de serem colocadas à margem da sociedade, houve a necessidade de união entre as trabalhadoras sexuais. Assim, em 1975, ocorreu o primeiro protesto vinculado às militâncias das prostitutas. Conforme McNeill (2012), as profissionais exigiam a revogação das leis antiprostituição e o fim da perseguição da polícia, surgindo o marco da militância. Segundo Oliveira (2017, p. 195), “em 1975 um grupo de prostitutas tomou a igreja de Lyon para denunciar o estado cafetão: é o símbolo que marca o início dos movimentos políticos da categoria.

Assim, as prostitutas ocuparam a igreja Saint-Nizier para protestar contra as repressões policiais. Elas afirmavam, diante de transeuntes estupefatos, que não sairiam até que tivessem obtido resultados, pois, sendo trabalhadoras, também tinham direitos. Eram centenas de prostitutas, esmagadas pela repressão policial, decidindo ocupar o prédio espontaneamente. Essa foi a primeira vez que se ouviu, em alto e claro som, as demandas de uma população estigmatizada (MARTINS, 2015).

Deve ser dito que as prostitutas encontraram apoio de diferentes grupos. Em particular, elas apelaram para o movimento Nest, uma associação de reintegração católica. Graças à sua rede, o movimento garantiu que padres de diferentes cidades aceitassem a ocupação de suas igrejas por prostitutas (GREEN; QUINALHA, 2014).

Durante uma semana, elas dormiram no local e desfrutaram da solidariedade dos moradores locais. Durante a ocupação, as prostitutas tentaram, em vão, encontrar apoio do governo, contataram um a um os ministros da época, incluindo Simone Veil. Após uma semana, em 10 de junho de 1975, a ordem de desocupação do local foi dada pelo governo e, com violência, a polícia forçou as prostitutas a

saírem das igrejas, atraindo a atenção da imprensa, assim como da opinião pública, provocando uma revolta geral e a conscientização das pessoas sobre o trabalho das prostitutas, além do surgimento de outros movimentos semelhantes em várias cidades da França e de Londres, para denunciar abusos repetidos e sentenças arbitrárias de prisão (PRADA, 2017).

Mais de quarenta anos depois, a situação dessas profissionais ainda é bem difícil. A profissão permanece estigmatizada e bastante reprimida. A ocupação da igreja de Saint-Nizier, no entanto, lançou a pedra fundamental para a organização de profissionais do sexo (LADO A, 2017).

No Brasil, especialmente na segunda metade do século XX, a prostituição passou por algumas mudanças. Na década de 70, a organização do movimento de prostitutas obteve alguns avanços referentes aos direitos humanos para essa categoria.

Entretanto, nota-se ainda que a violência e a discriminação acompanham a prostituição em vários lugares, seja no seu exercício prático nas ruas ou nos ambientes que permitem essa atividade. Sabe-se que a violência é um dos principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras sexuais. Nesse contexto, surge, por meio de organizações políticas, a defesa das mulheres prostitutas brasileiras, ou seja, aquelas mulheres que desenvolvem algum serviço profissional tendo como prática a atividade sexual, assim, sendo igualmente remunerada como qualquer outro trabalhador.

A prostituição, entendida como trabalho, tem sido tema para muitos debates que vêm acontecendo desde a década de 90, com projetos de lei para alterar o Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940, sobretudo, no que diz respeito ao estupro, ao feminicídio e ao tráfico de pessoas. Sobre a trajetória da normatização da prostituição, pode ser dito que:

Em 1997 foi apresentado ao Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei n. 3.436/97, de autoria do deputado Wigberto Tartuce à época do Partido Progressista Brasileiro do Distrito Federal, contudo, somente no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2003, é que o tema ganhou repercussão nacional com apresentação do Projeto de Lei (PL 98/2003), subscrito pelo Deputado Federal Fernando Gabeira, do Rio de Janeiro, então parlamentar do Partido dos Trabalhadores. O segundo Projeto (98/2003) propunha uma mudança substancial no tratamento jurídico dispensado à prostituição pelo Estado brasileiro principalmente no tocante à sua abordagem pelo Código Penal

Brasileiro. Mais do que exigir o pagamento pelos serviços prestados de natureza sexual, o Projeto encaminhava a proposta de supressão de três artigos do Código Penal Brasileiro (CPB), a saber: Artigos 228, 229 e 231. Os referidos Artigos criminalizam atos relacionados ao aliciamento, facilitação, favorecimento, exploração de prostituição alheia, manutenção de local para prática da prostituição e tráfico de pessoas para fim de exploração sexual (SILVA, 2012, p. 171).

Cumpre dar destaque, ainda, ao Projeto de Lei n.º 4.211/2012, de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, que propõe regulamentar a prostituição (BRASIL, 2012). Essa normatização ainda não se materializou, devido ao bloqueio da bancada conservadora que não permite alterar a realidade vivida pelas prostitutas no Brasil.

4 ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO

O objetivo geográfico deste estudo está focado em espaço e território, os quais se revelam de diferentes maneiras. Santos (2002), em sua vasta obra, argumenta que espaço é uma dessas palavras que têm uma multiplicidade de sentidos, o que torna necessário estabelecer uma definição conceitual apropriada para a g

eoграфия:

[...] sua definição é árdua, porque a tendência é mudar o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também espaço social [...] se os lugares podem esquematicamente permanecer os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que o formam (SANTOS, 2002, p. 150).

Dessa forma, o espaço pode ser considerado uma instância da sociedade. Assim, a própria sociedade se molda de acordo com as correlações constituídas no espaço social, as quais foram adquiridas historicamente. Essas correlações são estruturais, culturais e institucionais. Vale ressaltar que o espaço está presente na inter-relação entre fatores sociais e naturais. Desse modo, ele sofre influência dos acontecimentos históricos, está inserido em todos os demais espaços e é considerado a morada do homem ou a sua prisão.

Para Santos (2005, p. 34), o espaço pode se impor de variadas formas: “através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem”.

Harvey (2006) lembra que pode existir uma enorme variedade de entendimento sobre o espaço, como espaço material, metafórico, liminar, pessoal, social ou psíquico. Assim, falar em espaço é remeter a uma variedade de contextos que contribuem para a construção do seu significado, o que impossibilita uma definição genérica. Também vai deixar explícito que o entendimento do conceito de espaço, que melhor lhe delimita, parte do seu ponto de vista de geógrafo, bem como

os autores por ele estudados. Para tal, ele vai frisar uma concepção de que o espaço pode ser entendido como absoluto, relativo e relacional.

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato de os objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1973, p. 13).

Sob a atuação de geógrafo, em seus estudos, deixa claro que:

Do ponto de vista do geógrafo, não porque este seja um ponto de vista privilegiado que de algum modo disporia de um direito de propriedade (como alguns geógrafos às vezes parecem reivindicar) sobre o uso dos conceitos espaciais, mas porque é aí que se passa a maior parte do meu trabalho. É nesta arena que me deparei mais diretamente com a complexidade que envolve o significado da palavra “espaço”. Tenho, obviamente, com frequência, inspirando-me no trabalho de autores que operam em vários campos da divisão acadêmica e intelectual do trabalho, bem como no trabalho de muitos geógrafos (demasiados para serem reconhecidos em um breve ensaio como este) que, ao seu modo, têm se engajado ativamente na exploração desses problemas (HARVEY, 2004, p. 9).

Essa é a visão teórica do autor que, dentre outras coisas, busca seu entendimento sobre a natureza do espaço contextualizado nos processos urbanos e explica que para entender a sociedade atual e sua raiz, no modo de produção capitalista, é preciso observar as relações entre espaço e tempo. Assim, focaliza a importância do conceito de espaço para as ciências humanas e sociais, discutindo o ajuste espacial.

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades de investimentos rentáveis. (HARVEY, 2006, p. 118).

Harvey (2004) descreve o espaço da sobrevivência material como sendo o local onde as pessoas buscam o seu sustento, como, aliás, também ocorre com as prostitutas. Isso é, trata-se de partes espaciais das quais os indivíduos se apropriam a partir de suas práticas sociais, a fim de obter condições para a sua subsistência. São os chamados microterritórios. Assim sendo, a Avenida Farrapos converte-se em um desses microterritórios em que a prostituição se torna uma forma de sustento de muitas mulheres e suas famílias; sendo possível identificar visualmente a ocupação espacial pelos dois grupos: de um lado, as mulheres cis e, do outro, as trans*.

Quanto ao espaço público, Serpa (2007) entende que é “compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade de ação política na contemporaneidade”. Trata-se de lugares destinados ao uso cotidiano, sem que haja obstáculos para o acesso de qualquer pessoa. Diante disso, pode-se dizer que os espaços assumem várias características cujas formas mais conhecidas são ruas, praças, praias e parques.

Com o decorrer do tempo, esses espaços públicos estão ficando mais escassos devido à diminuição das práticas da cidadania e do convívio social. Isso se dá, primordialmente, pela dominação privada de espaços de uso comum e, também, pela progressão dos casos de apropriação por identidades territoriais, como ocorre nos grupos das prostitutas, que territorializam o espaço.

Ainda sobre o tema espaço, Ornat (2008, p. 311) estabelece uma relação entre gênero, performatividade e linearidade de sexo, gênero e desejo:

(...) o espaço é um elemento primordial enquanto reflexo, meio e condição das normas culturais de gênero e sexualidade. Entretanto, da mesma forma que existem distintas espacialidades, relacionadas a distintas práticas sociais, a produção geográfica não é homogênea, havendo uma grande variedade entre as temáticas valorizadas na própria reflexão das espacialidades dos grupos sociais.

Santos (2012) diz que o espaço é compreendido como uma forma-conteúdo tendo a técnica como o vetor de seu movimento e sua transformação, caracterizado, ainda, pela indissociabilidade entre um conjunto de sistemas de objetos e um efetivo conjunto de sistemas ações.

Já a problemática conceitual, que envolve o território, é abordada de forma contextual por Santos (2012), no âmbito da formação territorial, das territorialidades

ou das multiterritorialidades. Isso porque, na sua essência, há a exclusão/segregação ou a inclusão/inserção dos indivíduos, segundo os interesses dos grupos. Portanto, estamos nos referindo à territorialização como demarcação de área controlada ou ocupada por um determinado grupo, ainda que seja informalmente, que se fortalece e protege o seu território diante dos outros, às vezes o aumentando, às vezes impedindo que outros o ocupem.

Tal fato explicita a definição de que território tem a ver com poder. Pensando assim, a clássica obra de Raffestin (1993), vai criticar o que chamou de Geografia Política do Estado e se aproximar do contexto de poder, descrito na obra de Foucault, em um viés sociológico. Assim, segundo o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dessa forma, entende-se que território nacional é o espaço físico no qual está localizada a nação, que, por sua vez, está desenhada como uma ordem jurídica e política, “marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

De acordo com Andrade (1995), cujo pensamento coaduna com o de Raffestin (1993), território está intrinsecamente ligado à ideia de poder. Partindo de uma abordagem política e econômica, tanto o poder público, quanto o privado se territorializam para além das fronteiras políticas, constituindo sistemas plenos e estruturados de poder (RAFFESTIN, 1993).

Para Sack (1986), o território é uma área geográfica resultante das estratégias aplicadas que afetam, influenciam e controlam as pessoas, os fenômenos e as relações. Assim, a teoria permite afirmar que a territorialidade é uma construção social, baseada em relações com significados:

Pessoas não interagem e se movem no espaço como bolas de bilhar. A interação humana, o movimento e o contato são uma questão de transmissão de energia e informação com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso a recursos. Relações humanas espaciais são resultado de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária assumida pelo poder (SACK, 1986, p. 26).

Da mesma maneira, Haesbaert (2014) assegura que território tem ligação direta com poder, porém não apenas com o poder político; representa tanto o poder mais explícito de dominação, quanto ao poder mais simbólico de apropriação:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade das suas manifestações, que é também e, sobretudo multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos - tanto no sentido de quem sujeita quanto no sentido de quem é sujeitado (HAESBAERT, 2014, p. 96).

Prosseguindo, Haesbaert (2014) ensina que, em grandes metrópoles, como é o caso de Porto Alegre, é possível verificar peculiaridades observando a configuração urbana, como a presença de espaços singulares. Isso ocorre porque, além da configuração física, há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com os locais que ocupam, criando formas distintas para garantir os seus territórios. E é exatamente isso o que temos retratado na Avenida Farrapos.

Vale a pena ressaltar que o território se apoia no espaço, entretanto, não é o espaço em si. Logo, pode ser evidenciado com uma produção a partir do espaço. É exatamente o que se identifica, conforme já foi dito, nos grupos das prostitutas que territorializam o espaço.

Para Silva; Alves Neto (2018, p. 2), o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e, certamente, são os indivíduos que possuem esse caráter de se impor uns aos outros que irão criar certa localidade. A continuidade das relações entre as pessoas é que transformarão essa localidade em um território.

4.1 A GEOGRAFIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO E FEMINILIDADES

A geografia feminista ou de gênero, foi estabelecida por via de novas versões científicas que conseguissem “dar visibilidade a grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico” (REIS, 2015).

A geografia feminista ou de gênero tem sido o lugar de encontro entre o gênero e suas especializações. Neste sentido, o gênero

como construção social tem importantes variações territoriais, o que não ocorre com o sexo. (REIS, 2015, p. 12).

Confome menciona Veleda “a Geografia de gênero não é a geografia das mulheres, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista.” Continua dizendo que

Considero que a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica. Trata-se, então, de explicitar as desigualdades. A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Entendo que o estudo da população, por exemplo, ainda é uma abstração - mesmo considerando as classes que a compõem - se não considerarmos que esta é composta por pessoas que situam-se também na sociedade quanto ao gênero.

As formulações recentes da investigação geográfica feminista têm se determinado a analisar o modo como as relações de gênero compõem um processo da sociedade contemporânea determinante nas organizações espaciais da atividade humana, nas desigualdades regionais, na configuração do espaço social, no uso dos recursos naturais e na percepção e experiências espaciais.

De acordo com Reis (2015, p. 13), “a sociedade de classes ganha a forma de grupos e movimentos sociais, baseados em etnicidade, sexo, localidades, dando lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares”. Perante essas transformações, a ciência deve influenciar novos olhares para essa realidade complexa, logo, novos caminhos devem ser buscados para a construção do conhecimento.

A ascensão da geografia feminista tem sido muito singular, centrada nas análises espaciais que por muito tempo menosprezaram a variável gênero como meio de diferenciação social. Considerando a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço. Entretanto, ainda que a geografia absorva com retardo as abordagens de gênero, seu crescimento e aceitação tem

sido rápidos, porque o conceito de gênero compreende as relações sociais, exclusivamente como os sexos auxiliam para reprodução social.

As relações de gênero são essenciais em todas as construções sociais que conhecemos e são determinantes para a compreensão de questões relacionadas à: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras. Como a análise dessas relações não se caracteriza em apenas um âmbito de vivência e constituição das relações sociais, “é preciso articular a categoria de gênero com outras dimensões relacionais, principalmente classe e etnia” (REIS, 2015, p. 14).

Nesse caminho, gênero foi teorizado por Joan Scott (1995) como uma categoria de análise das relações de poder, assim como classe social e raça, e se refere ao modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas às práticas sociais, e tornadas partes do processo histórico (REIS, 2015, p.14).

O discurso da geografia de gênero teve início na década de 70, que foi inicialmente denominada como geografia das mulheres, depois geografia feminista e, por fim, geografia de gênero (SILVA, 2009). Ela se concentra na descrição dos efeitos da desigualdade de gênero, na geografia e no feminismo liberal. As geógrafas feministas enfatizam as limitações de distância e separação espacial e a resistência a essa vertente por conta da prevalência da geografia crítica, como afirma Sofia Zaragocin em entrevista a Silva e Ornat (2018).

Segundo Zaragocin (SILVA E ORNAT, 2018), essa é a principal característica da geografia feminista quando comparada à geografia intelectual tradicional. Os esforços para institucionalizar a geografia humana na academia têm um forte componente de geografia feminista. Zaragocin afirma também que:

A ênfase é sobre como tornar funcional as ideias-chave da geografia feminista; isto é, como a geografia feminista pode suportar as muitas lutas materiais feministas existentes, por exemplo, na luta pela descriminalização do aborto quando entende o corpo como um território que gera múltiplas formas de desterritorialidade (SILVA; ORNAT, 2018, p. 198).

Em vez de uma seção específica da ciência da geografia, a geografia feminista é frequentemente considerada parte de uma abordagem crítica mais ampla da teoria pós-moderna, muitas vezes baseada nas teorias de

Foucault, Derrida e Butler, entre outras. Influências mais recentes incluem análises críticas do feminismo feitas por teóricos pós-coloniais.

Além dos estudos sociais, a geografia feminista também critica a geografia econômica e outras áreas acadêmicas. Argumenta-se que as estruturas acadêmicas têm sido tradicionalmente caracterizadas por uma perspectiva patriarcal e que os estudos modernos que não se opõem à natureza do trabalho anterior reforçam o viés masculino da pesquisa científica.

Quanto ao gênero, uma crítica inicial à geografia, pela abordagem das mulheres, é a de que papéis de gênero foram explicados principalmente como desigualdades de gênero, como donas de casa e mães, combinadas com alguma noção de restrição espacial. Como afirma Ornat (2009, p. 10), a perspectiva da geografia feminista tem “constituído muitas possibilidades à criatividade dos geógrafos(as) em suas análises sobre a dimensão espacial da sociedade, e à discussão sobre o conceito de território na relação entre gênero e sexualidade”.

Essa contextualização se torna necessária já que o presente trabalho engloba as mulheres, cis e trans*, e a luta do feminismo engloba a igualdade de direitos, além do livramento do pensamento patriarcal.

4.2 O ESPAÇO E A TERRITORIALIDADE DA PROSTITUIÇÃO

Especialmente no que se refere à prostituição, vemos surgir sempre um território que será apropriado como um espaço concreto, assim, ocupado por prostitutas e trans*. E, muito obviamente, existirão relações de poder, sendo estas designadas por clientes ou exploradores que podem reprimir a atividade. Sobre isso, aborda-se que:

Cada grupo de prostituição segrega seu próprio território, defendendo-o, algumas vezes, da ameaça de invasão de outros tipos de “mercadores do sexo” e de outros atores sociais. Nessas áreas, a dimensão espacial e o controle territorial são peças chaves para obter-se o poder. A prática da prostituição, é, na realidade, uma relação de poder, porque as pessoas que ganham a vida prostituindo-se estabelecem um território onde se desenvolve esta atividade (RIBEIRO; MATTOS, 1996 *apud* SILVA; ALVES NETO, 2018, p. 3).

Raffestin (1993) afirma que território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, embora não seja notadamente traçado, como se vê acontecer normalmente, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Logo, a ação desse grupo gera, subitamente, a delimitação. Porém, se isso não acontecesse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Nesse sentido, a ação é orientada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis.

Souza (1995), Wastl-Walter; Stachel (2004), falam do conceito de território e trazem a perspectiva de que um espaço apropriado por um grupo, tomado como território, claramente se faz por meio do estabelecimento de fronteiras, as quais são mantidas mediante relações de força. Os elementos que integram a definição de território, sendo eles: espaço apropriado, fronteira e poder, proporcionam a ideia de que o território não pode ser reduzido à noção de estabilidade. Logo, o entendimento de território considera as práticas sociais vinculadas diretamente com o estabelecimento de diferenças entre as pessoas.

Para Ribeiro; Oliveira (2011, p. 9), na geografia brasileira, os territórios da prostituição “constituem formas multifacetadas e imbricadas de relações sociais que se apresentam no interior de diversos territórios – justapostos e superpostos – constitutivos da sociedade em geral”. O autor ainda diz que o território da prostituição não trata exclusivamente do território–corpo, mas evidentemente território–vida.

Para Silva; Alves Neto (2018) deve-se considerar que, ao estudar a prostituição, faz-se necessário primeiro ter uma visão sobre essa atividade dentro do sistema capitalista propriamente dito, pois não se pode pensar unicamente nessa atividade sexual profissional de forma desagregada do sistema. Logo, a distribuição das classes sociais no sistema torna-se algo visível atualmente e é bem possível que vejamos essa variação no âmbito da prostituição, assim, nesse segmento, existem diversos preços de serviços, visando atender, por conseguinte, as diversas classes sociais.

Para além do atendimento das diversas classes sociais, há ainda uma variedade de locais para esses atendimentos, tendo como base a divisão espacial e social, tal como nos aludem Silva; Alves Neto (2018, p. 6):

Existe ainda uma separação espacial e também social entre as casas de prostituição existentes na cidade. Na área central, localizam-se as casas de massagem (em áreas comerciais), prostitutas com local próprio (apartamentos), e de forma geral com preços mais acessíveis. Nos arredores da mancha urbana central encontram-se as casas noturnas, boates, boates, ou *night clubs*, que são normalmente instalados em locais maiores, mais luxuosos e, conseqüentemente, tem um preço mais elevado, que acaba de certa forma “filtrando” os frequentadores destas casas.

Nas palavras de Souza (1995, p. 88):

Os territórios da prostituição são bastante “flutuantes” ou “móveis”. Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. O que não significa em absoluto, que os pontos não sejam às vezes intensamente disputados, podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais – por exemplo, entre prostitutas e travestis, com estes expulsando aquelas de certas áreas [...].

Isso ocorre em Porto Alegre, onde a prostituição feminina de rua está diretamente associada às outras estruturas presentes no local, como por exemplo, hotéis para o atendimento dos clientes, casas de massagem e também pela presença de outras profissionais que atuam na área circundante.

No que diz respeito ao conceito de territorialidade, segundo Raffestin (1993), “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Nesse contexto, nota-se isso claramente na Avenida Farrapos e cercanias, com a existência das outras atividades comerciais cotidianas que circundam essa área.

Para Soja (1971), uma das imagens mais claras da noção de territorialidade pode ser encontrada principalmente na ideia ocidental da propriedade privada, “no entanto é preciso lembrar que o fato de delimitar parcelas, de marcá-las, cercá-las não é uma simples relação com o território, mas bem mais que isso”.

O mapa mostrado na Figura 2 serve para nortear e brevemente identificar os diferentes pontos de prostituição existentes no entorno da Avenida Farrapos. Pode-se dizer que, por mais que a Farrapos se estenda por cinco bairros, Farrapos, Humaitá, São Geraldo, Floresta e Navegantes, a prostituição se concentra no bairro Floresta, cujos índices de violência foram destacados na imprensa local:

Com 5,5 quilômetros, a Avenida Farrapos cruza os bairros Floresta, Navegantes, São Geraldo, Farrapos e Humaitá, ligando o Centro à Zona Norte. Um trajeto que é percorrido com medo. O trecho da via que passa pelo Floresta é considerado o mais violento. De janeiro a agosto de 2019, a Brigada Militar (BM) atendeu 458 ocorrências de roubo a pedestres, 67 roubos de veículos e 19 estabelecimentos comerciais alvo dos bandidos no bairro (BOFF, 2019).

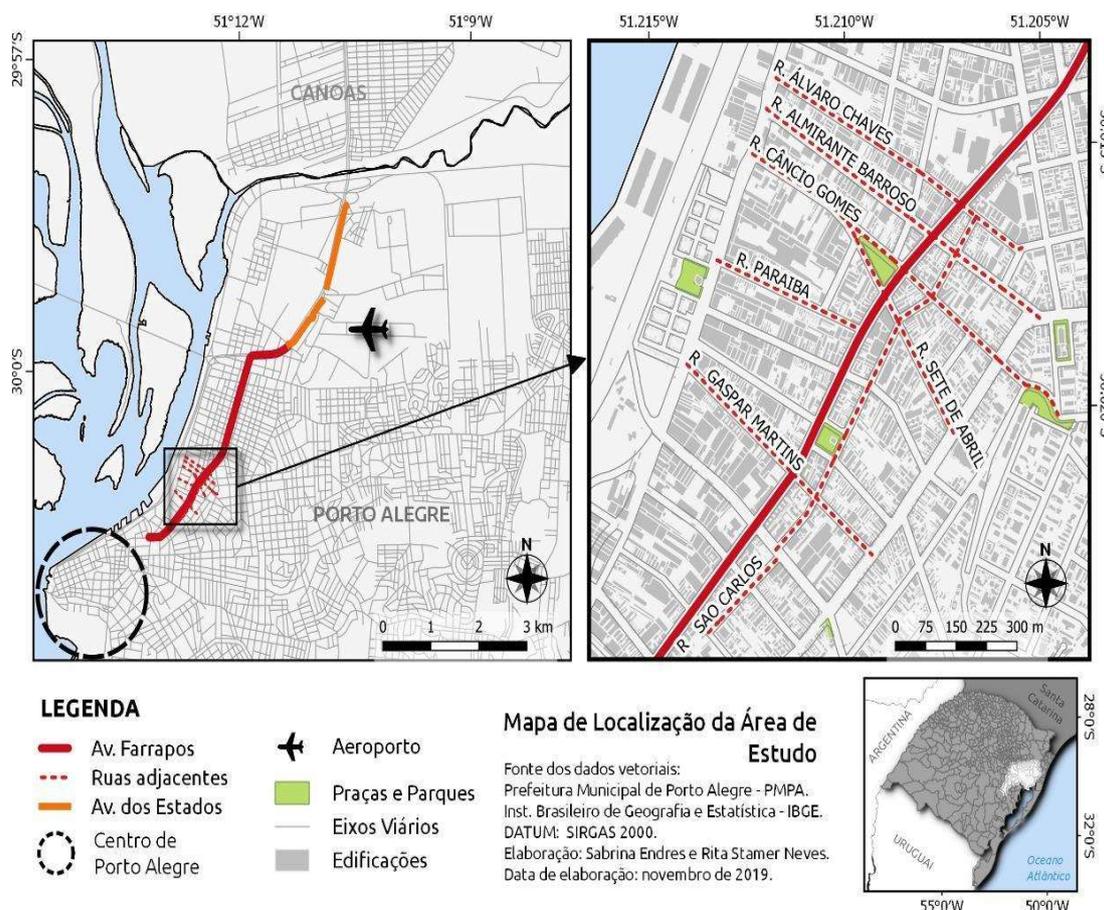


Figura 2 – Pontos de prostituição existentes no entorno da Avenida Farrapos em Porto Alegre.

O mapa da Figura 2 mostra a demarcação apenas de uma parte ou pedaço da prostituição existente na cidade de Porto Alegre que é o referencial para o desenvolvimento deste trabalho. Levando em consideração que o conceito de *pedaço* é utilizado pelos antropólogos Magnani; Torres (2002), sendo muito importante para o estudo do fenômeno da prostituição no contexto urbano de Porto Alegre

A expressão pedaço aborda uma categoria que indica uma área, ou um ponto específico, onde são encontrados indivíduos que portam o mesmo emblema, ou seja, que possuem o mesmo gosto, mesmo estilo, o linguajar utilizado é notadamente parecido, têm o jeito de viver semelhante, entre outros.

Assim, especialmente essa área pode ser considerada como um ponto não fixo, podendo estar movendo-se ao longo da cidade. Logo, o pedaço torna-se um intermédio entre a rua, local onde estão os desconhecidos, e a casa, onde é construída a ideia de família, “o pedaço é o local dos colegas, dos chegados [...] todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer” (MAGNANI; TORRES, 2002, p. 21).

Nas palavras de Rodrigues (2015, p. 1), “o lugar é visto como o *locus* do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social”.

Santos (2005, p. 156) faz uma interpretação do lugar como, “condição e suporte das relações globais”, em alguns momentos concebido como mercadoria e, também, como expressão de uma individualidade. Ainda de acordo com o autor, quando do surgimento do meio técnico-científico-informacional, o lugar aparece como uma clara combinação dos modos de produção, reflexo da divisão do trabalho. Assim, quanto à ordem local/global se constitui também uma razão global e uma razão local, que em “cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam quanto se contrariam” (SANTOS, 2005, p. 166). Nesse sentido, cada lugar constitui efetivamente uma existência corpórea e uma existência que se relaciona com o tal mundo globalizado.

Portanto, pode-se considerar atos e comunicações advindas do dia a dia a partir do lugar. Assim, Santos (2012, p. 161-162) agrega que o lugar é “globalmente ativo” e que “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo obtida através do lugar”.

Nas palavras de Tuan (1979, p. 421):

Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de pre- ocupação *fields of care*), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação.

Tuan (1979, p. 387) completa sua perspectiva de *lugar*:

(...) o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; (...) o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.

Nota-se, diante do exposto, a inquietação, por parte dos geógrafos humanistas, ao definir o lugar na condição de uma experiência que se refere fundamentalmente ao espaço como é vivenciado pelas pessoas. Dessa maneira, atribuímos essa vivência a esta abordagem da prostituição feminina na Avenida Farrapos, na cidade de Porto Alegre.

Já na abordagem de Relph (1976, p.42-43), podemos ver que a definição de lugar está essencialmente condicionada aos objetos ou eventos, conforme o próprio alude:

Lugares são os contextos ou panos de fundo para a intencionalidade definir objetos ou eventos, ou seja, eles podem ser objetos da intenção em seu sentido primordial (...) [pois] toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar, e (...) esses lugares são definidos geralmente em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos, no seu verdadeiro sentido, lugares são essencialmente focos de intenção, que têm usualmente uma localização fixa e traços que persistem em uma forma identificável.

A partir das definições desses autores foi possível realizar um estudo aprofundado e, assim, usufruir das informações pertinentes ao tema deste trabalho, buscando efetivar o objetivo proposto e estudar a essência desses territórios ocupados pelas profissionais do sexo, dentro do perímetro determinado pela Avenida Farrapos e adjacências, averiguando aspectos territoriais e sociais.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: PROSTITUIÇÃO EM PORTO ALEGRE

Quanto à localidade referida neste trabalho, a cidade de Porto Alegre: tem uma população de 1.483.771 habitantes, de acordo com estimativa em 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). A região metropolitana tem uma população estimada de 4.385.476 habitantes. A denominada Avenida Farrapos, identificada como uma das principais vias de mobilidade da cidade, conecta várias regiões, como a área central de Porto Alegre e o norte da cidade, além de parte da região metropolitana, a partir do acesso pela Avenida dos Estados. Sendo assim, é considerada uma das entradas principais à capital gaúcha. Apesar de contar com um grande número de empresas dos mais variados setores comerciais e prédios residenciais, a rua, durante a noite, muda completamente suas características, tornando-se um evidente território de prostituição. Vale destacar que esta via, em 2019, é um eixo central de prostituição da cidade de Porto Alegre.

Desse modo, a área onde se localiza a região em estudo caracteriza-se pela presença de múltiplos usos, em que coexistem diversos territórios inseridos em processo de contração e expansão. Assim, a área central, lugar de convívio e mudanças no dia a dia, é o palco de profundas relações em seus variados conteúdos sócio-espaciais e, nesse sentido, propicia o real desenvolvimento, até mesmo de atividades ligadas à prostituição. É visível que esse fenômeno se repete em outros bairros da cidade de Porto Alegre, formando outras territorialidades, como no caso das imediações da Avenida Oswaldo Cruz, no bairro Ipanema, entre outros.

No que compreende o momento inicial da prostituição em Porto Alegre, Becket; Kohlrausch (2007, p. 13) apontam que:

Outra variável relevante no aumento da prostituição em Porto Alegre é a forte corrente migratória européia ao Rio Grande do Sul. Segundo Carneiro (1992, *apud* SANTOS, 2008), “estas mulheres imigrantes [são] consideradas as pioneiras na implantação da grande rede de bordéis que a cidade chegou a ter”. Nota-se uma especificidade no que tange a localização destes e outros cabarés: na virada do século XIX, a socialização entre os cidadãos de Porto Alegre, segundo Lewgoy (1988), ocorria majoritariamente no centro da cidade – na Rua da Praia – para onde tudo convergia. Assim ocorria também com a prostituição. Segundo Becker (2007, p. 13),

a “atual Avenida Borges de Medeiros, [era] famosa pela concentração dos bordéis e casas de jogo, escandalizando a imprensa e as famílias de bem.

Diante do exposto, pode-se ter uma noção muito clara de que a prostituição na cidade de Porto Alegre não é algo recente. A partir disso, notou-se que foram fixados outros pontos de prostituição na cidade, juntamente com as áreas públicas que abrigam as prostitutas. Desde então, além dos estabelecimentos próprios para tal atividade, incluem-se também os ambientes públicos, ou seja, as ruas da cidade.

Já no que se refere à divisão geográfica da prostituição na cidade de Porto Alegre, é possível que esteja ligada à identidade dos grupos. Assim, a duração de um território criará, potencialmente, certa identidade socioespacial com esse grupo.

Os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade socioespacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território, e por tabela, com o poder controlador desse território (SOUZA, 1995, p. 84).

Portanto, notadamente, o território da prostituição é “móvel”, ou seja, não existe uma durabilidade muito extensa de fixação, por exemplo, em pontos. E isso muda “em detrimento das relações de poder e social que acontecem dentro da sociedade, com a sociedade civil lutando com as próprias mãos ou através de instituições contra aquilo que é estipulado pela sociedade como imoral” (SILVA; ALVES NETO, 2018).

Outro fator que se destaca no âmbito da delimitação de um território são as relações sociais que nele acontecem. Especialmente a relação e a interação dos indivíduos de um grupo social a partir de uma divisão geográfica, para, assim, construir um território; mesmo as relações que acontecem com os indivíduos de dentro para com os de fora acabam gerando essa construção.

É importante ressaltar que o território se torna, muitas vezes, um campo de forças em que, no caso em tela, as prostitutas são forçadas a pagar valores a exploradores, mesmo em locais públicos.

Uma facção criminosa ligada ao tráfico de drogas em Porto Alegre tem cobrado pedágio para que mulheres possam se prostituir na Av. Farrapos. Segundo informações do Zero Hora, as “profissionais do sexo” precisam pagar a taxa diária de R\$ 20 a R\$ 30 para poder

exercer a atividade. O não pagamento do pedágio pode resultar na morte das prostitutas. Na Zona Sul, mulheres revelam que “pagam para não se incomodar”. Na área central, uma avenida separa duas situações: de um lado, há cobrança. Do outro, não. “Mais do que explorar a prostituição e capitalizar o crime, a facção diversifica os seus mercados por meio da extorsão”, analisa o mestre em sociologia e integrante do grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS Francisco Amorim (DORNELLES, 2016).

Assim, as relações que permeiam a ocupação de espaços pelas prostitutas são conduzidas pelo poder, seja por exploração da própria segurança pública (policiais) ou de diferentes grupos.

5.1 O ENTORNO DA AVENIDA FARRAPOS: DA CRIAÇÃO À REVITALIZAÇÃO

A construção da Avenida Farrapos ocorreu a fim de efetivar o chamado “Plano de Melhoramentos para Porto Alegre”, datado de 1917.

É significativo ressaltar que a avenida Farrapos já apareceu projetada, pela primeira vez, nesse plano para a cidade, o qual, a partir de então, serviu de base para as futuras propostas para essa via. Ao se examinar o projeto, observa-se que a abertura da Farrapos tinha como objetivo facilitar o trânsito do Centro à Zona Norte, principalmente desafogando a rua Voluntários da Pátria que, até então, era a única opção de acesso aos bairros São João e Navegantes (RUSCHEL, 2004, p. 23).

Segundo Ruschel (2004), após a sua inauguração, em 1940, a Avenida Farrapos firmou-se como principal acesso à capital para quem vinha de Canoas. Tratava-se de uma região charmosa, arborizada e com uma avenida espaçosa.

Porém, com a construção da avenida Castelo Branco, a qual fica nas margens do lago Guaíba, a avenida Farrapos passou a ser acesso secundário à Capital. Dessa forma, progressivamente, ocorreu uma desocupação do comércio local e a classe média, que residia na região, mudou-se para outras áreas da capital.

Esse fator, aliado a outros, propiciou uma significativa desvalorização urbana dessa área e, como resultado, aquela região da cidade tornou-se degradada e merecedora de desprezo pela maioria da população. O fato intensificou-se, depois do crescimento da prostituição nas antigas áreas industriais, o que desencadeou a instalação de uma série de boates e prostíbulos, que deram à Avenida o rótulo de centro de prostituição. (RUSCHEL, 2004, p. 30).

Assim, conforme Hasse (2019, p. 02),

A Farrapos retrata o transe econômico da Capital: descaracterizada como morada viável para a classe média, perdeu substância como eixo comercial num momento em que o varejo e a economia de serviços, paradoxalmente, dominam a economia municipal após a migração do comércio atacadista e de indústrias para outras cidades.

Como forma de revigorar tal panorama, em 2015 houve a proposta da revitalização do 4.º Distrito de Porto Alegre, que abrange o Bairro Floresta, no qual se localiza a região da Avenida Farrapos. Conforme alude Canofre (2017, p. 02) essa “revitalização, chamada de *Masterplan*, aconteceria por intermédio de três eixos: polo tecnológico, hub da saúde e economia criativa. Todos eles dependendo quase que exclusivamente da iniciativa privada”.

Principalmente aquela área da Farrapos para a Voluntários é uma área que abrigou muitas indústrias no começo do século. A economia da região ficou muito condicionada a definição pelos proprietários do papel desse território, dessas quadras, desses lotes. A vocação industrial do 4º Distrito se esvaziou e não houve processo de resgate territorial para outras atividades. Ou seja, as sucessivas administrações municipais nunca estabeleceram um plano de reconversão econômica para aquela área, aproveitando algumas coisas em que a área é pródiga. (BENAMY TURKIENICZ *apud* CANOFRE, 2017, p. 03).



Figura 3. Degradação de prédios na Avenida Farrapos (foto da autora).

O que se questiona com essa revitalização é como a população dessa região recebeu tal projeto, já que, além de afetá-la diretamente, o plano não prevê como se dará a questão social das prostitutas atuantes na região.

Com o *Masterplan* colocando nas mãos da iniciativa privada a esperança de resgatar a região, o 4º Distrito parece voltar ao seu ciclo de início. Foi a iniciativa privada que construiu o período mais produtivo e vivo dos cinco bairros. Os tempos, no entanto, são outros. (CANOFRE, 2017, p. 03).

Portanto, o futuro da região da Avenida Farrapos e de todas as outras regiões abrangidas pelo *Masterplan* ainda é incerto, tendo em vista a especulação imobiliária e a vinculação do projeto à iniciativa privada.

6 METODOLOGIA

Para este estudo, foram analisados dois espaços distintos: o quarteirão da Avenida Farrapos que compreende as ruas Câncio Gomes, Almirante Barroso e Álvaro Chaves, ocupadas pelas mulheres trans* e o trecho que abrange as ruas Sete de Abril e Paraíba, onde estão presentes prostitutas cis. Toda essa área pertence ao bairro Floresta.

No tocante às técnicas e procedimentos metodológicos que foram utilizados e desenvolvidos neste trabalho, havendo como intuito materializar os objetivos da pesquisa e fundamentar os conceitos aqui apresentados, foi realizada, a princípio, a coleta de dados em pesquisa bibliográfica, a fim de se conhecer, identificar e explorar a produção existente referente à prostituição feminina, procurando compreender as abordagens presentes nesse âmbito. No que tange à pesquisa bibliográfica, considera-se que:

Pode ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (...), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias (...) trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 43-44).

Logo, foi, a partir do conhecimento adquirido por meio da pesquisa bibliográfica inicial, que se originou o propósito desta pesquisa e foi com seu aprofundamento que se definiram os passos para a efetivação deste trabalho.

Salienta-se que a abordagem é de natureza qualitativa, no sentido de compreender o comportamento das pessoas a serem estudadas, suas motivações e suas opiniões na condição de indivíduos. Diante disso, buscou-se colher dados narrativos, verificando as experiências subjetivas.

Ao empregar a pesquisa qualitativa, procura-se assimilar os acontecimentos e suas características, destarte “ênfatar as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1999, p. 13). Para obter os dados, a fim de caracterizar a pesquisa qualitativa, ocorreu a aplicação de questionários.

Assim, os questionamentos, que estão em anexo, foram aplicados às mulheres cisgêneros e trans* que atuam na prostituição de rua no entorno da

Avenida Farrapos, a fim de elucidar questões importantes levantadas nesse trabalho, no sentido de identificar como se deu a ocupação do espaço e como ela é mantida, sem esquecer de abordar as possíveis discriminações de gênero ou outros tipos de violência sofridos por essas mulheres.

Pretendeu-se uma aproximação com as profissionais do sexo por meio de organizações não governamentais, a fim de não se fazer uma abordagem que invada a privacidade ou deixe as pessoas em situação desconfortável. Almejou-se aplicar os questionários a 5 mulheres em cada um dos pontos de pesquisa, quais sejam: as esquinas das ruas Sete de Abril e Paraíba, onde atuam as mulheres cisgêneros, e as esquinas das ruas Cândio Gomes, Almirante Barroso e Álvaro Chaves, onde estão as mulheres trans*.

De posse dos dados coletados foi feita a sistematização das falas utilizando a análise do discurso, tendo como base a máxima de que nenhum discurso é neutro, mas sim, carregado de ideologia, como alude Pêcheux (1975, p. 160):

(...) as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas.

Nesse sentido, a análise do discurso dá ênfase à descrição e à interpretação: primeiramente, caracteriza como ocorre a fala e as expressões do sujeito, depois, relaciona o que obteve com os objetos que investiga, com as fundamentações teóricas.

(...) o analista, ao relacionar os objetos simbólicos que analisa, os dispositivos teóricos que fundam a sua interpretação, pode deslocar-se para os limites da interpretação, num estado de contemplação do processo de produção dos sentidos em suas condições. Esses dispositivos teóricos são: a noção da opacidade da linguagem, o descentramento do sujeito, o efeito metafórico (o equívoco) (ORLANDI, 1999).

Além disso, todo o processo, ainda foi corroborado pela pesquisa bibliográfica, que é o viés da Geografia Feminista, em cujo aporte teórico reside a construção da Nova Geografia Cultural, que caracteriza “a análise da concepção de pesquisa como processo resultante da reflexão sobre a posicionalidade do pesquisador em relação ao fenômeno estudado e suas implicações” (SILVA, 2010, p.39).

Vale ressaltar que toda a análise vigente dos materiais obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, da coleta de dados e dos questionários propostos e submetidos, abrangeu notadamente o caráter de um estudo qualitativo.

(...) as pesquisas qualitativas fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende, interpreta (CHIZZOTTI, 2001, p. 52).

Desse modo, a metodologia da presente pesquisa visa contribuir efetivamente para a obtenção e fundamentação dos dados e informações acerca do tema proposto, visando, ainda, apresentar de forma sistemática todo o resultado obtido pelo trabalho de pesquisa e investigação.

7 OBSERVAÇÕES E DISCUSSÕES

7.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS MULHERES CIS E TRANS*

Durante as entrevistas, foi possível perceber certa inquietação nas entrevistadas. Desde o mês de julho, até o mês de novembro de 2019, foram entrevistadas 06 mulheres; entre elas, 03 se identificaram como trans* e 03 como cisgênero. Alguns pontos são comuns às entrevistadas, como a pouca idade com que iniciaram na prostituição e, principalmente, a baixa escolaridade. Já com relação ao apoio familiar, varia de mulher para mulher, independente da orientação sexual.

O verbo empregado por elas para traduzir o trabalho nas ruas é profundamente esclarecedor: batalhar. Engana-se quem insiste em classificar a prostituição como uma “vida fácil”. O preconceito, o medo da violência, a humilhação, os desentendimentos fazem parte da rotina dessas mulheres, seja qual for sua identidade de gênero.

O mapa abaixo apresenta a localização mencionada pelas entrevistadas em que exercem sua profissão. Foram destacadas as ruas e cruzamentos em que foi mencionada a presença de prostitutas: as cisgênero foram destacadas em amarelo e as trans* colocadas em lilás. Além disso, foram identificados pontos de interesse como estacionamentos, motéis e hotéis em que podem ocorrer os encontros. Foi identificado, ainda, o prédio da UNIMED que, conforme as entrevistas, fica em um ponto chave de separação entre as mulheres cis e trans*.

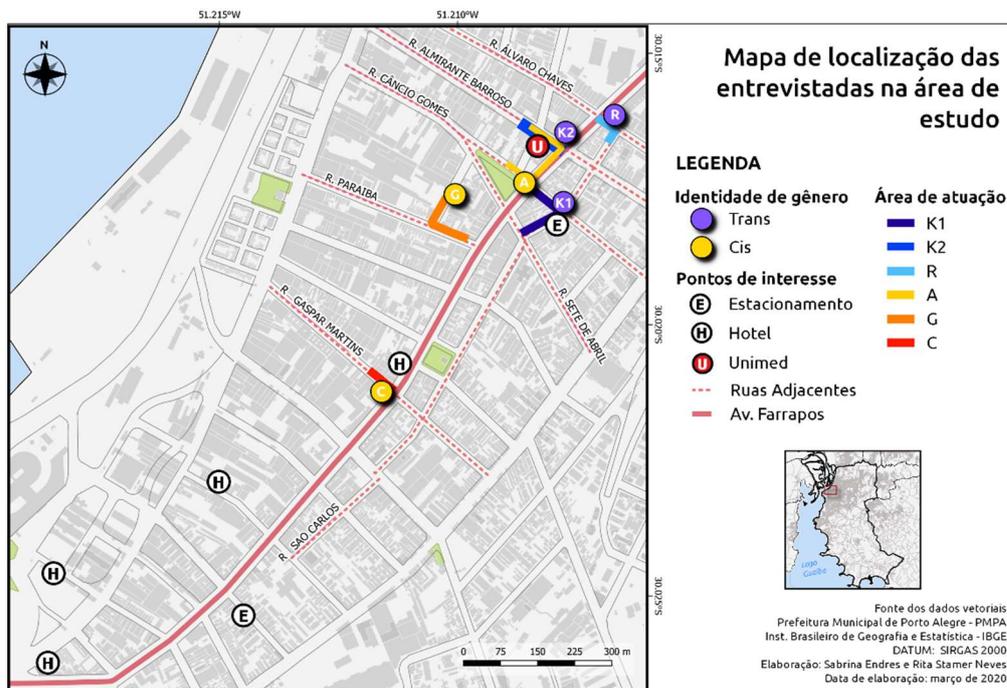


Figura 4. A disposição das entrevistadas na área de estudo. Fonte: Sabrina Endres.

7.1.1 Adversidades encontradas

Desde o início, imaginava-se encontrada certa resistência por parte das trabalhadoras sexuais em contemplar totalmente o objetivo deste trabalho. Pesquisar em áreas dominadas por facções, escondidas dos olhos da sociedade, demandou muita paciência e respostas negativas.

Inicialmente, tentou-se uma aproximação por meio de ONGs, que têm como objetivo o acolhimento de prostitutas, e não houve sucesso por problemas logísticos. Assim, não restou outra alternativa que não fosse a de contatar diretamente as mulheres que trabalham na região estudada. Apesar de não terem sido aplicadas técnicas invasivas nos territórios, até por questão de segurança, algumas prostitutas ofereceram resistência antes de conceder as entrevistas, mesmo com a indicação de pessoas conhecidas.

Desse modo, os encontros foram marcados em locais próximos da Farrapos, para que a presença da entrevistadora não fosse interpretada como invasão de território. A maioria das entrevistas ocorreu na Lancheria Aprovação, na Av. Alberto Bins, a um quilômetro e meio de distância da região estudada.

Todas as trans* se sentiram desconfortáveis em marcar encontro fora do eixo da Av. Farrapos. Uma delas mencionou que não gostava de circular nas ruas durante o dia. A entrevista com uma delas, por exemplo, aconteceu somente após duas tentativas de agendamento frustradas.

Após uma busca incessante por mulheres que batalhavam nos arredores da Avenida Farrapos, as entrevistas foram marcadas depois de contatos telefônicos. Além de obtenção de entrevistadas por indicação, ocorreu uma aproximação por meio de abordagem direta em uma danceteria na região.

Salienta-se que as mulheres, em sua totalidade, não permitiram que a entrevista fosse gravada, por som ou por imagem. Assim, a documentação das respostas foi registrada via escrita. No encontro com uma das entrevistadas, percebeu-se que ela estava muito nervosa, demonstrando medo de estar sendo filmada por uma câmera escondida no corpo da entrevistadora, a qual teve que se levantar e abrir o casaco para mostrar que não tinha nenhum aparato consigo.

7.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste item, serão apresentadas as perguntas e as respostas das entrevistadas, procedendo-se à análise do discurso referendada pela teoria apresentada nos capítulos anteriores. Para identificação, serão utilizadas apenas as iniciais dos nomes pelos quais as entrevistadas se apresentaram, a fim de resguardar o anonimato delas. Assim, também será feito com qualquer nome citado pelas entrevistadas. Como duas delas têm a mesma inicial, serão utilizados números após a letra. As entrevistadas trans* serão identificadas por “K1”, “K2” e “R”; as entrevistadas cis serão identificadas como “A”, “C” e “G”.

7.2.1 Você se identifica como mulher cis ou mulher trans*?

As entrevistadas “K1”, “K2” e “R” afirmaram se identificar como mulheres trans*. Todas declararam ter esse reconhecimento do próprio gênero desde os primeiros anos de idade, porém, enquanto “R” admite ser travesti, “K2” não gosta de ser chamada dessa maneira, por achar o nome antiquado e que não retrata o

que as mulheres trans* são. Ela não tem nada contra o termo, apenas prefere se assumir como uma mulher trans*, heterossexual, já que “sempre se achou sendo mulher no corpo de um homem” (K2).

Como semelhança, as três relatam as dificuldades de aceitação pelas quais passaram. “K1” diz que sempre teve o apoio da avó que a criou, já que a mãe é falecida e o pai, desconhecido. Porém, sofreu preconceito da família, com primos e tios mais idosos.

“K1” residiu com a irmã mais nova e a avó até sair de casa aos 18 anos. Trabalhou desde cedo como telefonista de telemarketing e foi embora para Caxias do Sul-RS, que “é um dos lugares em que as travestis são mais requisitadas” (K1). Morou em Santa Maria-RS, São Paulo-SP e agora está em Porto Alegre. Em relação à sua identidade de gênero, afirma que “não houve descoberta. Já nasceu trans*” (K1), mas somente com a prostituição conseguiu dinheiro para mudar o seu corpo. Começou a se prostituir aos 19 anos, tendo publicado um anúncio no jornal Zero Hora, e dividia um apartamento para atendimento com mais duas mulheres.

“K2” nasceu em Timbó-SC, em uma família de classe média e afirma que desde que se “conhece por gente” queria usar as saias das princesas e brincar com as bonecas de sua prima, o que foi sempre apoiado por sua mãe, mas rechaçado pelo seu tio, que morava no mesmo terreno. Seu pai faleceu quando ela ainda era bebê e sua mãe a criou com muito esforço, trabalhando como secretária em um escritório de advocacia. Teve uma infância tranquila, comparando-se com outras mulheres trans* que conhece, porém, na escola, todos a chamavam de “mariquinha”. Mesmo assim, sempre foi muito encorajada por sua mãe, que a orientou a ignorar as provocações.

Ainda sobre sua identificação, “K2” nunca se identificou como homem cisgênero *gay*: “Desde criança sabia que era uma mulher no corpo de um homem” (K2). Com 15 anos, ela se mudou para Caxias do Sul-RS para morar com uma prima que havia dado à luz recentemente e assim trabalhar como babá em uma cidade maior.

Aos 15 anos de idade, “K2” procurava as mulheres trans* da cidade onde vivia, buscando obter dicas de como feminilizar seu corpo. Assim, iniciou o tratamento hormonal com 16 anos e, então, resolveu morar próximo das travestis, ocasião em que se iniciou na prostituição. Conta que o primeiro cliente foi “a coisa mais nojenta que teve na vida, um senhor muito idoso” (K2). Ela relata que passou

dois dias enjoada após o programa. Afirma que tudo o que ganhou por anos foi investido na sua aparência e que hoje se sente realizada como mulher, porém revela que perdeu uma amiga trans* que teve complicações devido ao uso excessivo de Hidrogel⁴ no corpo.

Já “R” afirma ser de família humilde da zona sul de Porto Alegre e que era muito discriminada na vizinhança, formada basicamente por evangélicos muito conservadores. “Eu me descobri gay já nos primeiros anos de vida” (R). Sua mãe a obrigava a se vestir como menino:

Eu sempre invejava minhas irmãs por poderem usar vestido e sapatinho branco com meia para sair. Era horrível pra mim usar bermuda. Se eu pudesse, à época, teria me revoltado, fugido de casa para usar as roupas femininas que sempre quis. (R)

“R” teve uma infância complicada, escondendo-se das pessoas e não interagindo com outras crianças. “Na escola tiravam sarro de mim e eu não sabia me defender” afirma “R”. Aos doze anos foi morar com uma tia em Esteio-RS e diz que então tudo melhorou por uma descoberta:

(...) que o que eu era não era homossexual. Eu era travesti e as coisas que passei começaram a fazer sentido. Continuei estudando até terminar o segundo grau, sempre fingindo ser menino, inclusive fiquei com algumas meninas para despistar a família (R).

Ela saiu de casa porque estava cansada do convívio com a família e afirma:

Minha família me respeita, mas não me apoia. Minhas irmãs me visitam, mas não vejo meus sobrinhos. Elas devem ter vergonha. Meu pai faleceu e nunca me aceitou, nem no leito de morte. Eles não fazem questão que eu vá visitá-los, apenas amolecem o coração na noite de Natal, único dia em que nos reunimos (R).

⁴ Trata-se de um gel que tem em sua composição 98% de água e 2% de poliamida utilizado no Brasil desde 2008, de acordo com a médica Valéria Campos, membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD). O hidrogel é usado para aumento de volume em regiões como os glúteos e as coxas. Também é usado para o preenchimento de linhas e rugas no rosto e no pescoço. Há risco de o produto ser injetado perto de um vaso e comprimido, o que pode levar a uma isquemia, ou seja, a uma interrupção do fluxo de sangue. Também há risco de o produto comprimir um nervo importante, provocando dores fortes. Ainda pode levar ocasionar uma trombose e à necrose da pele no local. (LENHARO, 2015).

“R” terminou o Ensino Médio com dezenove anos e começou a fazer cursos de cabeleireira e maquiadora, os quais não concluiu. Declara ainda que nunca quis ser prostituta. Sonhava em ser advogada, mas, segundo ela, a identidade de gênero não permitiu, inclusive, tentou prestar ENEM em 2010, mas achou horrível porque ainda não tinha nome social. A discriminação acontece por meio de “um olhar debochado nas ruas, uma demora para atendimento no restaurante, uma pessoa que insiste em te chamar pelo teu nome de nascimento. Isso tudo é discriminação e incomoda muito a gente” (R).

Vale ressaltar que a marginalização, a pobreza e a prostituição são situações normalizadas na vida de uma mulher trans*. Em sua maioria, as travestis têm baixa escolaridade, fator que justifica a falta de qualificação profissional, devido à falta de oportunidades e às vivências que as trans* tendem a ter com suas famílias, já que muitas recorrem à prostituição após o rompimento dos vínculos familiares. (SOFAL et al., 2019).

“R” confirma que nessa atividade, as prostitutas se sentem obrigadas a serem bonitas e terem corpos femininos, pois isso aumenta muito o valor do cachê. Relata que iniciou a modificação corporal aplicando Hidrogel, que é bem comum entre as mulheres trans*, mas que, com o tempo, conseguiu “colocar silicone em tudo. Tudo pago com o meu trabalho, com muito sacrifício” (R).

Em comum entre as prostitutas trans*, há o fato de, ainda bem jovens, iniciarem as modificações corporais, geralmente iniciando com tratamentos hormonais para, em seguida, partirem para a aplicação de silicone no próprio corpo. Justificam os sacrifícios empregados na modificação de seus corpos porque, entre outros motivos, sentem-se obrigadas a serem bonitas e terem corpos femininos, para aumentar o valor do cachê. Sobre isso, Silva (2014) explica que interesses institucionais e padrões culturais influenciam a sociedade a estabelecer um modelo heteronormativo, em que o heterossexual é considerado normal e classifica como anormal tudo o que difere desse modelo. Essa hegemonia excluiria todo cidadão ou cidadã não adequado ao conceito de normalidade, especialmente homens e mulheres que modificam seus corpos na intenção de, neles, reconhecerem seu gênero. Isso leva-nos a refletir se nos desenvolvemos atendendo os desejos de nossas estruturas orgânicas, hormonais e/ou emocionais ou se somos meros produtos de uma convenção sociocultural.

Essa busca pela aparência feminina retrata o que menciona Pelúcio (2005) de que ser mulher trans* é algo sem fim, sendo um processo dividido em etapas. A primeira destas, é quando ela se afirma e assume para familiares e para a sociedade a sua orientação sexual, mas ainda não se veste de forma considerada feminina e, muito menos, ingere hormônios. A segunda fase, é a de “se montar”, ou seja, vestir-se com roupas femininas, maquiarse, evidenciar pontos do rosto como boca, cílios e maçãs do rosto. A próxima etapa é considerada a de “transformação”, podendo indicar tanto a extração dos pelos, como a ingestão de hormônios. E, por último, a quarta etapa, quando ela já se enxerga com um corpo feminino, obtendo a sua satisfação pessoal.

Esses relatos reforçam a teoria de que as mulheres trans* têm como principal entrave o seu reconhecimento na sociedade como cidadã do gênero com o qual se identificam e não com aquele atribuído por sua condição biológica. Portanto, constata-se efetivamente a complicada situação de construção de uma identidade trans*, conforme Silva (2014).

As entrevistadas “A”, “C” e “G” são mulheres cisgênero. “A” tem dois filhos e estudou até a 8ª série. Nasceu no interior de Lajeado-RS, onde morava com a avó, pois a mãe vivia em outra cidade, com outra família e o pai é desconhecido. Veio para Porto Alegre aos 16 anos para trabalhar na limpeza do restaurante de um conhecido da família. Trabalhou no restaurante sem carteira assinada por alguns meses, morando nos fundos do restaurante com outras pessoas, sem as mínimas condições de higiene e segurança.

“A” estava descontente com a vida que levava quando uma conhecida informou que em uma casa noturna da Avenida Farrapos havia uma vaga para dançarina. Ela começou dançando e ganhava R\$ 70,00 por noite para servir bebidas e ficar na frente da boate, vestindo roupas chamativas para atrair clientela. O dono da boate logo falou que ela ganharia mais fazendo programas com os clientes.

“A” relutou, mas como já tinha seu filho mais velho cujo pai havia se recusado a registrar, aceitou, pois, como prostituta, na época, conseguia receber entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00 por programa de cinquenta minutos. A própria boate possuía quartos com pia, cama e chuveiro para que os programas acontecessem. Os clientes pagavam as instalações do quarto. “A” conseguia obter um bom dinheiro à época, mas começou a ter problemas de saúde e faltou em alguns dias de

movimento. O patrão ficou descontente com as suas faltas e com o seu aumento de peso e ela teve que sair da boate.

Então, uma outra mulher, que também saiu da boate onde “A” trabalhava, convidou-a para que atuassem juntas na Avenida Farrapos, enfatizando a vantagem de não terem que cumprir horário fixo, nem pagar uma espécie de comissão à boate por fornecer clientes. Dessa forma, “A” iniciou sua atividade na Avenida Farrapos depois do inverno de 2017.

“C” se declara heterossexual. É de Porto Alegre e estudou até a quinta série. Trabalhava em regime terceirizado na limpeza do Hospital Conceição.

Só que estava muito puxado, pois eu moro em Santa Tereza. Daí fiz acerto para me mandarem pra rua. O dinheiro acabou e não sabia o que fazer. Nunca tive ou senti preconceito por isso [ser prostituta], minha prima sustenta a família com isso. Daí resolvi ir pra rua e tô ali. Não me arrependo. Não tive problemas em aceitar essa nova profissão, não foi triste como para muitas meninas. O que importa é que ganho muito mais do que quando trabalhava de carteira assinada. Além disso, tenho meus clientes fixos que me ajudam muito financeiramente. Tem um que me paga R\$ 100,00 por semana apenas para almoçar nas sextas com ele. Tive sorte de só ter gente boa na minha vida. Nunca havia me prostituído antes de ir para a Farrapos e repito que não me arrependo de ter entrado nesse mundo (C).

“G” nasceu em Resende, cidade no interior do estado do Rio de Janeiro. Começou na prostituição por insistência de uma amiga que conseguiu uma identidade falsa. Então, se mudou para a capital, Rio de Janeiro, porque tinha medo de atender algum familiar ou conhecido. Seu pai é falecido e sua mãe não sabe o que ela faz para viver. Estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental. No Rio de Janeiro-RJ, atendia em boates e às vezes trabalhava nas ruas. Tem um filho de oito anos que vive com a mãe em sua cidade natal.

“G” diz que sente muita saudade do filho e que por ter sido mãe muito cedo perdeu oportunidades na vida. Veio para o Rio Grande do Sul, pois uma amiga do Rio de Janeiro “fez muito dinheiro trabalhando aqui, que cariocas estavam em alta por causa do *funk*. Só que, na realidade, [a amiga] ainda está tentando se acostumar com o Rio Grande do Sul” (G).

As prostitutas entrevistadas relatam histórias de vida semelhantes, independentemente de sua natureza de gênero. Todas vivenciaram alguma

dificuldade, seja por terem sido de famílias desestruturadas, seja por questões financeiras, seja pela não aceitação na sociedade.

Além do projeto do Deputado Jean Wyllys já mencionado, em 2016, o Deputado Federal Flavinho (PSB – SP) apresentou o Projeto de Lei com o propósito de alterar o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal Brasileiro (CPB), para incluir o artigo 230-A no Código, a fim de penalizar o cliente que contratar, por qualquer meio, pessoas que comercializam seu próprio corpo para prática de sexo ou afins:

Art. 230-A: Acordar ou contratar pessoa, por qualquer meio, mediante pagamento ou promessa de recompensa, com intuito de obter conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso. Pena - detenção, de 6 (meses) a 1 (ano) ano, e multa.

O Deputado defende seu projeto, esclarecendo que:

Sabe-se que a grande maioria de mulheres e homens que vivem da prostituição é submetida a essa condição degradante ante a inexistência de outras alternativas capazes de garantir a subsistência própria e de suas famílias. Essa assertiva fica evidente na pesquisa realizada pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), segundo a qual cerca de 28% das prostitutas estão em situação de desemprego, 55% são as responsáveis pela manutenção da família e que 45% têm somente o primeiro grau de estudo. A pesquisa ainda revela que 76% das prostitutas entrevistadas apresentavam sintomas de depressão, 59% de estresse crônico e 36% disseram já ter pensado em suicídio.

Em defesa do seu projeto, o Deputado cita experiências internacionais, nas quais a profissionalização da prostituição não alcançou resultados positivos, apenas expandiu a prática que continua a ser explorada por cafetões e traficantes. Ele cita o caso da Holanda, país em que a prostituição foi legalizada e os cafetões passaram a ser tratados e citados como empresários e homens de negócio e os abusos sofridos pelas profissionais são tratados como acidentes de trabalho.

Não faz parte do escopo deste trabalho defender ou criticar a prostituição, mas julgou-se interessante citar este projeto de lei, pelo debate que provoca, destacando-se, ainda, que não constam no referido projeto indicações sobre como as mulheres cis ou trans* poderiam mudar de vida se desejassem (conforme citado pelo Deputado).

7.2.2 Idade das entrevistadas

Duas das entrevistadas trans*, “K1” e “K2”, têm 25 anos de idade. “R”, a trans* mais velha, tem 32 anos e se prostitui desde os 20. Dentre as prostitutas cis, “A” tem 23 anos e se prostitui desde os 18 anos de idade, “C” também tem 23 anos e “G” tem 25 anos, tendo começado a se prostituir com 17 anos.

No quesito idade, não existe muita diferença entre as prostitutas trans* e as prostitutas cis. Todas iniciaram as atividades bem jovens, a partir dos quinze ou dezesseis anos e os estudos, em sua maioria, determinam como idade média das prostitutas adultas os vinte e três ou vinte e quatro anos (DIMENSTEIN, 2013).

Além disso, nos países menos desenvolvidos, onde as pessoas lutam contra a pobreza extrema, muitas meninas se iniciam na prostituição por volta dos doze anos. Estudos dão conta da existência de um fenômeno impressionante de prostituição de menores, apresentando a taxa de mais de um milhão de crianças prostitutas em todo o mundo (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

7.2.3 Há quanto tempo atua nas imediações da Avenida Farrapos?

As entrevistadas trans* mais jovens, “K1” e “K2”, trabalham na região da Avenida Farrapos há pouco tempo, “K2” oito meses e “K1” um ano, ambas alternando prostituição de rua com atendimento agendado pelas mídias sociais, onde anunciam seus serviços. “R”, a entrevistada trans* mais velha, conta que entre idas e vindas, já atua na região há quatro anos. Uma característica observada é justamente essa de idas e vindas, determinadas pelas circunstâncias da vida pessoal de cada uma delas.

Na ocasião da entrevista, “K2” aparentava estar sob o efeito de drogas. A dependência de drogas e de álcool é um fator que, muitas vezes, leva as mulheres à prostituição. O consumo compulsivo, via de regra, transforma-se em dependência e as mulheres recorrem à prostituição para conseguir rapidamente o valor que necessitam para sustentar seu vício. Por outro lado, o vício é também uma consequência da prostituição, pois mulheres que encontram dificuldades em se prostituir recorrem às drogas e ao álcool na tentativa de superar seus problemas

(MELLO; FRANCISCHINI, 2010). Por esse motivo, é frequente a abordagem policial alegando procura de entorpecentes.

“A” atua na quadra da Unimed há aproximadamente um ano e meio. “C” está na região desde abril de 2019. “G” conta que chegou do Rio de Janeiro com dinheiro para atender em um apartamento “privê” no centro de Porto Alegre. Divulgou seu perfil com fotos e telefone na Internet:

Uma amiga carioca repassou o apartamento dela para mim dizendo que havia lucrado muito aqui, só que não foi e não está sendo fácil. Consegui ficar dois meses no apartamento, mas não consegui fidelizar uma clientela. Daí tive que devolver o apartamento e penar com uma dívida de R\$ 4.000,00. Achei uma casa em Guaíba para ficar e daí falei com uma garota que trabalhava na Farrapos para ver se ela arrumava um espaço pra mim e estou ali há oito meses (G).

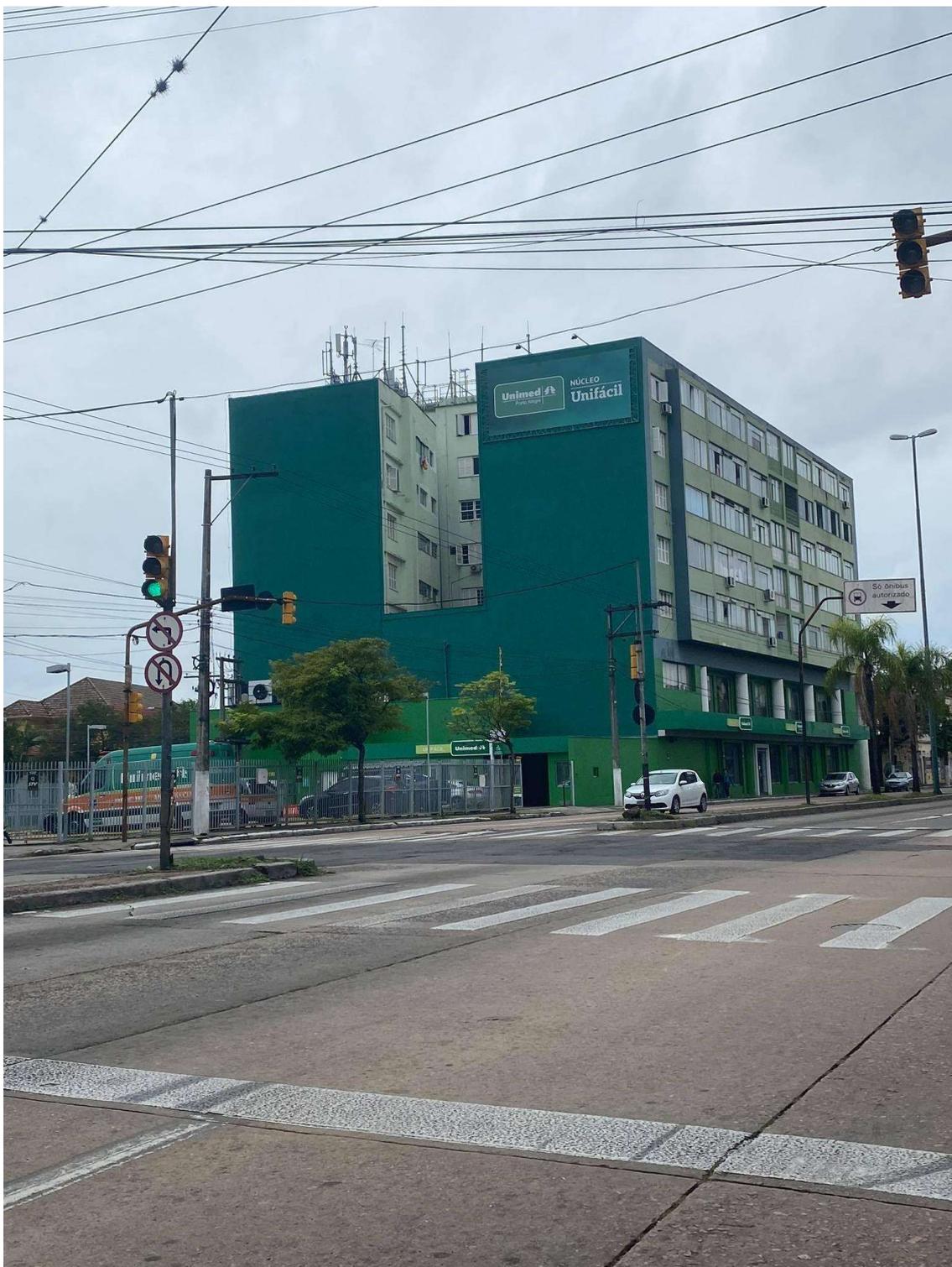


Figura 5. Região da UNIMED da Avenida Farrapos, local que representa a separação territorial entre mulheres trans e cis (foto da autora).

As entrevistas deixam claro que as necessidades e os interesses pessoais são determinantes para que essas mulheres tenham o trabalho nas ruas como alternativa para atingir seus objetivos. “K1”, por exemplo, já se afastou do entorno

da Avenida Farrapos, porém retornou para cuidar de sua avó que está com problemas de saúde. Hoje trabalha com a intenção de comprar uma casa própria onde resida com a avó.

Já “K2” declara não gostar de ficar na rua, mas que precisa de dinheiro para viajar. Diz que fica na Avenida Farrapos para complementar a renda, pois pretende viajar para o exterior. “R” conta ter alugado um apartamento para residir e atender. Viajou por outras cidades e ficou uns três anos longe da região da Avenida Farrapos, trabalhando também com anúncio em *site* de acompanhantes. Agora voltou para a rua, mas continua fazendo programas agendados por esses *sites*, geralmente durante o dia. Desse modo, precisa trabalhar na Av. Farrapos à noite.

7.2.4 Em qual rua você atua?

Todas as prostitutas entrevistadas trabalham na própria Avenida Farrapos ou em suas imediações. Justificam, informando que essa região é tradicionalmente conhecida por ser ponto de prostituição, fama essa que alcança até moradores de outras cidades.

Além disso, os espaços são delimitados e os clientes já sabem que certos locais são exclusivos para a atuação de mulheres trans*, o que facilita o acesso a esse tipo de serviço. “K1” atua na rua São Carlos ou na Avenida Farrapos com a Cância Gomes. “R” diz que agora está na esquina da rua Álvaro Chaves com a Avenida Farrapos, mas já ficou na rua Álvaro Chaves com a rua São Carlos por muito tempo. “K2” trabalha na rua Almirante Barroso, ao lado da Unimed. “A” responde que atua na própria Avenida Farrapos, porém quando há muitas mulheres, pode ir para a rua Cância Gomes ou para a rua Almirante Barroso. “C” trabalha na rua Gaspar Martins, esquina com a Avenida Farrapos, onde fica a Boate Gruta Azul. “G” conta que trabalha no entorno do Motel Coliseu, na Rua Leopoldo Froes e rua Paraíba, naquela redondeza, às vezes mais para perto da Farrapos, às vezes mais para dentro.

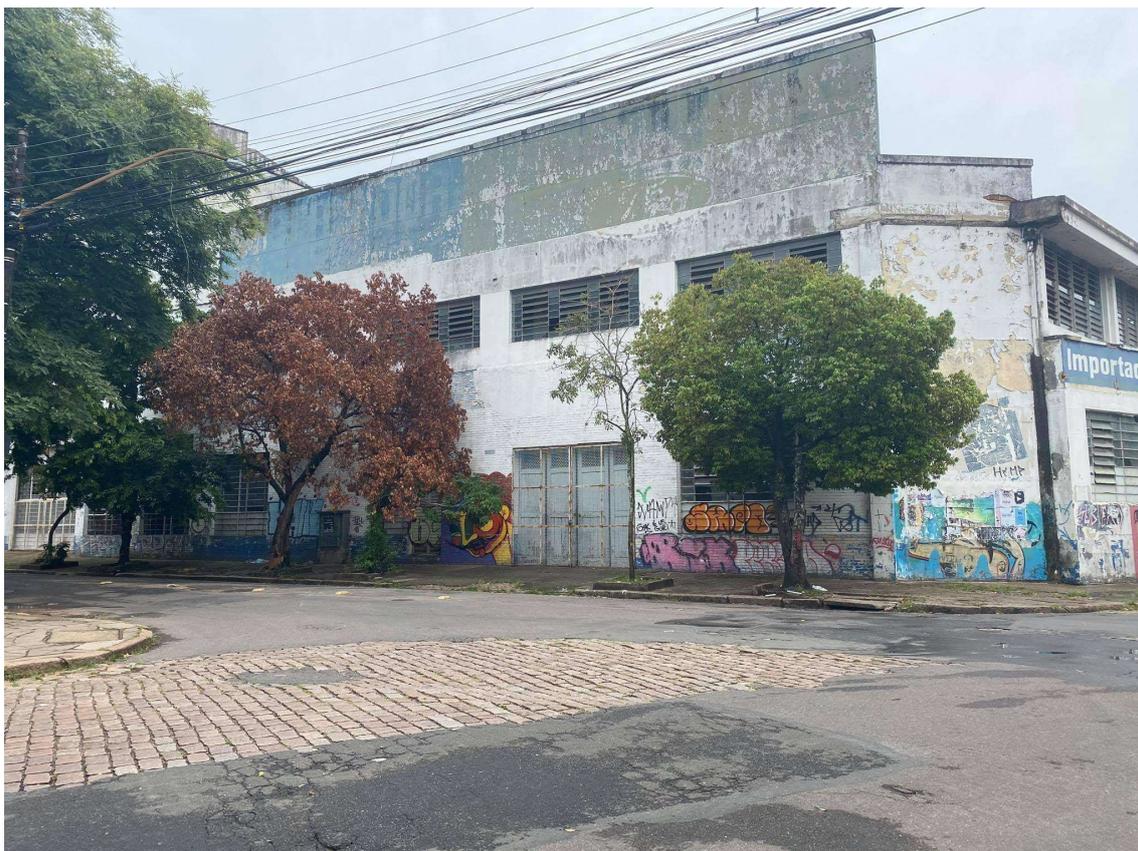


Figura 6. Esquina da Rua São Carlos com a Rua Sete de abril. Local marcado pela prostituição das mulheres trans* (foto da autora).

Essas delimitações correspondem ao que afirma Harvey (2004): “espaço de sobrevivência material são os locais onde a população busca o seu sustento”. Trata-se de espaços delimitados pelas pessoas a partir de suas vivências sociais, com objetivo de obter meios de subsistência. São conhecidas como microterritórios. A Avenida Farrapos é um desses microterritórios onde a prostituição é ganho de vida, para si mesmas e suas famílias, sendo possível reconhecer facilmente a ocupação do espaço pelos dois grupos: de um lado as prostitutas cis e do outro as trans*.

7.2.5 Você sempre atuou nesse mesmo local? Se a resposta for negativa, informar o local, o período e o motivo da mudança.

Buscando conciliar o conforto possível com o melhor rendimento que conseguirem, as seis entrevistadas afirmaram intercalar sua atividade entre a prostituição de rua e o agendamento de seus programas pelas redes sociais (*sites* específicos ou aplicativos de conversa). Atendem em locais próprios, os chamados

privês, em domicílio, ou ainda em hotéis, motéis, *drive-in*, estacionamentos e, até mesmo, em veículos estacionados em ruas de menor movimento.

Os pontos em que atuam nas ruas são, muitas vezes, herdados de outras mulheres que mudaram de local e que, em diversas ocasiões, cobram pelo ponto cedido. “K2”, por exemplo, declara que sempre atuou no mesmo ponto recebido de uma mulher trans*, sua amiga, que resolveu se casar. Afirma que foi muito bem recebida pelas trans* que já utilizavam o espaço e que não há disputa. “A”, entrevistada cisgênero, diz que sempre atuou naquela região, pois: foi “uma amiga, a “B”, que me trouxe pra cá. Ela ‘purpurinou’ há alguns meses porque se casou com um homem ciumento que não permite que ela trabalhe nesse ofício” (A). Ela nunca mudou do lugar por já ser conhecida na região e não conhecer as outras ruas e não saber se tem alguma pessoa que controla as ruas das adjacências.

“C” conta que: “Eu entrei no ramo no lugar da minha prima que engravidou e teve que largar a rua, porque a gravidez era de risco. Se não fosse de risco acho que ela teria continuado, pois gravidez agrada a alguns clientes” (C).

“G” conta como iniciou os trabalhos no local:

A “T”, menina que me indicou, cobrou R\$ 100,00 por semana para eu entrar ali. Segundo ela, o valor seria dividido entre as outras prostitutas e destinado a pagar o pedágio dos caras que dominam a região. Paguei esse valor por uns dois meses, agora só pago os guris nos finais de semana. Funciona assim: tem sempre um dos caras que trabalham pro comando cuidando da região. Essa propina é em troca de segurança. Nunca precisei do auxílio deles, mas as outras garotas falam que eles vão atrás de cliente que não paga, de cara violento etc. Coisa que a polícia não faz. O pagamento vai de acordo com o movimento da região, que ultimamente está melhorando. Passei dias horríveis no frio.

Essa situação é descrita por Costa (2007), para quem a relação entre as pessoas e os espaços pode ser compreendida por um misto de afetividade e identidade, que reúne suas crenças, princípios, hábitos, desejos e necessidade de interação. Assim, na interpretação de espaço devem ser consideradas as interações emocionais entre as pessoas que ali convivem e não apenas aspectos econômicos e/ou políticos envolvidos.

7.2.6 Quantas outras mulheres normalmente ficam próximas a você?

A prostituta trans* “R” esclarece que, em meados de 2015, eram muitas travestis, umas dez ou vinte, distribuídas pelas imediações da Avenida Farrapos. Nessa época, uma mulher foi assassinada e então as prostitutas desapareceram da região. “R” diz que agora trabalham perto dela umas quatro travestis.

“K1”, outra entrevistada trans*, por sua vez, diz que depende. Em dias quentes, finais de semana e início de mês é possível encontrar umas dez mulheres no entorno. Muitas vão e vem, algumas são assíduas e outras têm um trabalho fixo e procuram uma renda extra na Avenida Farrapos. Segundo “K1”, em uma noite de sexta-feira é certo que se encontra no mínimo sete mulheres na região. Já a terceira entrevistada trans*, “K2” afirma que próximo a ela ficam duas mulheres, sendo que ambas são suas amigas e que fazem programas juntas. “A” diz que vai para a rua com maior frequência nos finais de semanas, incluindo quintas e sextas-feiras. Diz que, normalmente, nos finais de semana após o quinto dia útil do mês há maior movimento de clientes e, aproximadamente, cinco mulheres atuam no local. Nenhuma delas se identifica como mulher trans*. “K2” diz que essas outras mulheres trabalham muito em casas de massagem, “mas quando a casa está com poucos clientes, muitas mulheres vão para rua para atuar” (K2).

“C” conta que: “no posto do outro lado da rua, ficam duas que não conheço, nos finais de semana ficam mais gurias ali”. “G” responde que não sabe dizer ao todo quantas mulheres trabalham na mesma rua que ela, mas estima em torno de dez mulheres cisgênero: “As trans* ficam mais pra lá, pro lado da Farrapos, e não se misturam conosco. Mal tenho contato com elas. Na realidade sei que estão por aí, mas elas ali e eu aqui” (G). Ela conta que a maioria das mulheres prioriza o atendimento via anúncio na Internet. Afirma que é mais fácil, mais seguro e “você não fica no frio e na chuva. Portanto, entre essas dez que rodam, poucas vão diariamente” (G).

A escassez de recursos econômicos e a dificuldade em conseguir um emprego formal faz com que essas mulheres busquem meios de subsistência, e não raramente fazem isso para fugir de suas famílias. Procurando melhores maneiras para sobreviver, sejam quais forem, frequentemente se dedicam à prostituição com o intuito de atender tanto suas necessidades básicas, quanto a satisfação dos luxos encontrados na vida moderna, iniciando-se na prostituição, muitas vezes, ainda na adolescência (TORRES; DAVIM; COSTA, 2012).

7.2.7 Já existiam outras mulheres quando você chegou?

“K1”, entrevistada trans*, relata que sim, que existiam muitas mulheres trans*. Diz que em sua zona não permanecem mulheres cis. As mais próximas ficam do outro lado da rua. Afirma não conhecer nenhuma mulher cis, pois os espaços são bem delimitados. “O cliente já sabe que, onde fico, vai encontrar travesti, é muito difícil o cliente pensar que está tratando com uma cis e levando uma travesti. Quem vai lá, sabe que só tem travesti” (K1).

“K2”, também trans*, informa que havia sua amiga, que se casou e lhe passou o ponto, além de suas duas colegas que atuam com ela e que a receberam muito bem. Diz que, nesse local, não ficam mulheres cis, mas sim numa outra esquina, não tendo informado o nome da rua. As mulheres trans* e as mulheres cis não interagem. “K2” reitera que as trans* não provocam as cis, mas que as cis são atrevidas. Conta que aconteceu uma briga com uma mulher cis que quis ir para o lado das trans*, porém existe uma regra que determina que nenhuma mulher invade o espaço de outra.

A prostituta trans* “R” também diz que, em 2014, havia muitas mulheres e por isso foi difícil se fixar ali. A cisgênero “A”, por sua vez, diz que quando começou a trabalhar no seu ponto encontrou umas quatro mulheres. Relata que não houve resistência das outras mulheres por ter sido indicada por “B”, que já trabalhara no local, tendo sido apenas definido que sua atuação deveria ocorrer entre determinadas ruas e a Avenida Farrapos. Relata que nunca teve problema em atuar próximo a essas mulheres e que o espaço delas é restrito às ruas à esquerda e à quadra do outro lado da rua. “A maioria já estava lá quando cheguei. Apenas a irmã da “B”, que iniciou depois” (R).

“C” conta que, quando começou a trabalhar no seu ponto, só havia sua prima:

Esse lado não é muito ocupado pelas gurias por ter muito movimento de pessoas que são clientes do posto de combustível que é 24 horas e é muito iluminado. Acho que as gurias ficam com vergonha. Além disso, tem casa noturna com meninas na porta. Sei que para outros lados tem mais gente. (C).

“G” relata que desde que começou a trabalhar no local são as mesmas mulheres, e que foi a última que entrou naquela região:

Eu procurei a “T” por indicação, sabia que não poderia chegar e ficar onde eu quisesse aqui. As mais novas devem respeitar as mais antigas, inclusive no sentido de rodar com elas (rotatividade de programas). Não posso, por exemplo, me meter no meio dos clientes das mais antigas. Há uma regra de boa convivência muito respeitada. Se o cliente procura pela X, você não pode se oferecer pra ele. Tens que achar o contato da X para que ela possa atendê-lo. A maioria das garotas faz isso. Sei de história de meninas que apanharam e foram expulsas da batalha por roubar cliente das outras. Comigo nunca aconteceu e nunca vi, só ouvi dizer.

As entrevistas confirmam que, no que se refere à atividade de prostituição, é comum a ocupação de um território que termina por ser apropriado por prostitutas trans* e cis como um espaço concreto, ou seja, cada grupo de prostituição estabelece seu território e se determina a defendê-lo de possíveis invasores que pretendam ocupar aquele espaço para também se prostituir. A delimitação do espaço e o controle do território são ferramentas para conquista do poder. Depreende-se, portanto, que a dinâmica da prostituição é um exercício de poder (RIBEIRO; MATTOS, 1996 *apud* SILVA; ALVES NETO, 2018).

Essa delimitação de espaço, conforme as teorias de Souza (1995) e Wastl-Walter; Stacheli (2004), define o conceito de território e estabelece a perspectiva de que o espaço ocupado por um grupo e estabelecido como território surge por meio da delimitação de fronteiras que se mantêm por relações de poder. Os integrantes dessa definição de território: espaço apropriado, fronteira e poder, favorecem a ideia de que o território não pode ser restrito à noção de estabilidade. Assim, a percepção de território considera práticas sociais subordinadas diretamente ao estabelecimento de diferenças entre indivíduos.

Ribeiro; Oliveira (2011) entendem que os territórios da prostituição são constituídos de formas diversificadas e compostas de relações sociais existentes em diferentes territórios integrantes da sociedade como um todo. Os autores referem que o território da prostituição não trata unicamente do território – corpo, mas principalmente de território – vida.

7.2.8 Como ocorreu o processo de ocupação desse espaço para sua atuação? Houve alguma disputa? Se sim, com quem? Você paga alguma propina?

A prostituta trans* “K1” conta que uma grande amiga sua já estava no local e, por isso, o processo de ocupação do espaço foi mais fácil para ela. Disse que informou a essa amiga que estava precisando voltar para Porto Alegre e que a amiga disse que, no início, “K1” poderia se incomodar com algumas mulheres; entretanto, isso não aconteceu. Ela chegou e ocupou seu espaço. Disse que tem espaço para todas, mas só se entra ali com indicação e pagamento.

Declara saber de mulheres que sofreram violência por ocupar o espaço sem autorização, porém prefere não entrar nesse assunto “devido a minha segurança e a sua. Só posso dizer que a polícia não é o único poder que tem ali na região” (K1).

A trans* “K2” diz que com ela foi tranquilo porque já conhecia as mulheres que atuavam no local, mas que se fosse mudar para o outro lado da rua, haveria problema com os membros da facção e com as mulheres daquele ponto. Diz que, às vezes, acontecem brigas do outro lado da rua porque não querem outras mulheres por ali. Os membros da facção cobram das mulheres que trabalham no entorno. “K2” paga R\$ 50,00 por noite. Relata que eles passam de carro e filmam quem está no local, depois vem um deles e recolhe o dinheiro. Não se pode prever o que pode acontecer com quem não pagar e aconselhou a não publicar nem falar o nome da facção.

“K2” informa que no final de 2018 uma das mulheres que trabalhava com ela desapareceu e não se sabe o que houve, pois o que acontece naquela zona, a imprensa jamais divulga. Afirmar ser bem difícil ter que pagar o pedágio diário, porque às vezes eles cobram mesmo que a mulher tenha ficado apenas quinze minutos no local, sendo que “na próxima vez que tu aparecer eles vão te cobrar em dobro” (K2).

Já “R”, também trans*, relata ter sido bem difícil. Havia uma mulher conhecida no local que não simpatizava com ela. Chegaram a agredi-la, e “o gigolô de uma me jogou água uma vez” (R). Disse que na época em que começou a se prostituir já havia muitas mulheres e que agora entende que é normal esse tipo de atitude. Se alguma estranha chegasse para ocupar seu lugar, ela a expulsaria dali. Em uma ocasião, “R” se estapeou com outra mulher. No início, as mulheres xingam, empurram e humilham as recém-chegadas. Sentem ciúmes das mulheres trans*

mais femininas, mas depois acabam aceitando. “R” diz que, em um mês, já tinha conquistado seu espaço, mas lembra que teve que ir às vias de fato com outra mulher para poder ficar na rua. Depois, as outras perceberam que estavam todas na mesma situação e se acalmaram. Lembra também que, nessa época, ficava nua na rua para chamar atenção. Isso a destacava perante as outras. Apesar disso, “R” diz que, embora exista uma disputa entre a travesti mais bonita, por exemplo, “quando mexem com uma, mexem com todas” (R).

“A” conta que não teve problemas com polícia, mas que a maioria das casas de prostituição no entorno da Avenida Farrapos pertencem ao mesmo dono da boate da qual ela saiu e, por isso, foi difícil encontrar outro local para exercer a profissão. Diz que ela e suas colegas não permitem que outras mulheres fiquem em seu local. “A” não sabe qual das mulheres está lá há mais tempo, mas sabe que sempre houve uma sucessão de mulheres indicadas: não é “qualquer puta que entra no nosso local. Eu fui bem recebida pelas gurias porque sou de boa, sou gordinha e não roubo a clientela das magrelas. Algumas negras, no primeiro dia, me olharam de cara feia, mas foi só a primeira impressão” (A).

Se hoje uma novata tenta entrar na esquina sem indicação, é expulsada educadamente, “se não for embora de maneira educada, a gente corre ela junto com os clientes e o pessoal que domina” (A). Essa foi a única vez em que “A” deixou escapar que havia um domínio, mas quando questionada sobre que domínio seria esse, desconversou. Já “C” conta que foi sua prima que lhe passou o seu ponto, mas acredita que não haveria disputa por ser um lugar não muito bom, não visado:

Tenho ideia de que se eu for tentar trabalhar do outro lado da rua, iria me incomodar com as gurias porque não é assim, só chegar, tem que conversar com elas. Elas não deixam qualquer uma. Fico na minha porque sei que muitas gurias são ‘nóias’ (usam drogas) e eu não sou. Não uso drogas, apenas faço uso de bebidas alcoólicas e fumo tabaco.

“G” esclarece que fez “contato com a “T”, que é antiga na região. Ela cobrou “R\$ 100,00 semanais pra eu entrar e já acertava com os caras. No dia que paguei, já pude vir pra cá. Algumas de início te olham de cara feia, mas todas se toleram. Não tive que brigar com ninguém, apenas paguei pelo meu espaço” (G).

O território é um espaço geográfico decorrente de situações que afetam pessoas (SACK, 1986). Nesse sentido, o autor estabelece que a territorialidade é uma construção social embasada em relações plenas de significados, a saber,

peças não se movem no espaço a esmo. Pessoas interagem com outras pessoas e isso é uma forma de transmissão de energia que influencia e modifica tudo ao redor, inclusive com referência ao território que é estabelecido basicamente por relações de poder (SACK, 1986).

Também Haesbaert (2014) assegura que território está diretamente associado a poder, mas não somente ao poder político. Território representa tanto o poder mais ostensivo de domínio, quanto o poder mais emblemático de apropriação. Haesbaert (2014) entende que, por serem sucessivos no processo de conquista e domínio, território e territorialização devem ser analisados com vistas na complexidade de suas manifestações, em especial as manifestações de poder que envolvem tanto os sujeitos que dominam como os que são dominados.

Da mesma forma, Silva; Alves Neto (2018) esclarecem que território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Assim, aqueles que têm facilidade para se impor aos demais, terão facilidade em delimitar espaços e em administrar a relação entre essas pessoas transformarão os espaços em territórios.

Outro fator fundamental, no âmbito da delimitação de um território, são as relações sociais existentes nele, em especial a relação e a interação dos indivíduos de um grupo social a partir de uma divisão geográfica. Para construir um território, mesmo as relações que acontecem com os indivíduos de dentro para com os de fora do território acabam fomentando essa construção.

Assim, a vivência decorrente da ocupação de espaços pela prostituição é estabelecida pelo poder, seja pela própria segurança pública (policiais) ou por outros grupos de exploradores.

7.2.9 Em qual horário ocorre sua atuação na Avenida Farrapos?

A entrevistada “K1”, mulher trans*, relata que vai para a Avenida todas as noites. Atende em motéis e em estacionamentos na região. Sabe que é perigoso, mas ela nunca teve problemas: “a pessoa, quando me contrata, sabe quem sou eu, sabe onde me encontrar de novo”.

“K2”, também prostituta trans*, diz que vai em dias de movimento. Fica nos finais de semana (sextas e sábados), mais no fim da noite e início da madrugada,

“porque os clientes saem loucos das festas e querem dar pra nós. Uma loucura. Tudo louco do padê (cocaína)”.

Já a trans* “R” conta que fica de quarta a domingo, das 21:00h até terminar o movimento. Se o quinto dia útil cair numa segunda ou terça, vai para a rua também. “A” chega pelas 19:00h e fica até a meia noite: “Não fico muito, pois tenho criança pequena em casa e gosto de evitar os bêbados das saídas das festas”. “C” chega pelas 22:00h nos dias de semana. Nos finais de semana chega mais cedo e, normalmente, fica até 03:00h da madrugada, conforme o movimento: “Finais de semana eu trabalho o dobro e ganho o dobro”. “G”, prostituta cisgênero, responde que trabalha na rua quando não tem cliente agendado pelo aplicativo de conversa. E também nos finais de semana que geram muito movimento. “Dia de pagamento também. Final de noite também é bom, dependendo do dia. O dia que mais atendi, foi num jogo do Grêmio. Fico nos finais de semana de madrugada, quando não tenho cliente pelo *whats*” (G).

Sabe-se que, devido à importância da Avenida Farrapos com relação à mobilidade urbana e ao grande número de empresas e estabelecimentos comerciais localizados na própria Avenida e no seu entorno, o movimento de transeuntes durante o dia e, mais especificamente, no horário comercial é intenso. A natureza da atividade profissional das prostitutas restringe a predominância de seu horário de trabalho ao período noturno.

Neste sentido, Haesbaert (2014) observa os aspectos da identidade metropolitana e demonstra quão complexo é o convívio dos indivíduos no meio urbano, dizendo que as pessoas são desconhecidas umas das outras, mas procuram durante todo o tempo manter um espaço de pertencimento, onde sejam reconhecidas e onde encontrem reciprocidade.

As pessoas fazem parte de uma intrincada teia metropolitana, mas desenham seus mapas particulares, o que não significa que estejam imunes a disputas e constrangimentos espaciais. Existem lugares por onde passam e existem aqueles onde permanecem. Existem horários adequados e existem também locais e horários totalmente inadequados e/ou proibidos (HAESBAERT, 2014).

7.2.10 Por favor, fale como é sua vivência no seu local de atuação.

No entendimento da entrevistada trans* “K1”, a prostituição é um trabalho como qualquer outro trabalho autônomo. Ela conta que muitas mulheres trans* se prostituem por falta de trabalho “civil”, mas que ela nunca teve problema em conseguir emprego, mesmo sendo trans*. Afirmar que preconceito existe, “e há alguns anos está escondido, pois muita coisa que achei que fosse preconceito era curiosidade das pessoas. Já faz mais de ano que não riem de mim na rua. Antes ficavam rindo” (K1). Ela cobra entre R\$ 80,00 e R\$ 150,00 o programa e diz ser o preço médio da região.

“K1” declara que a maioria dos seus clientes são homens casados ou divorciados e que a maior parte das mulheres priorizam atendimento em local privê, mas que ela prefere trabalhar na rua para não gastar com aluguel. Relata que atende de dois a cinco homens por dia e, mesmo preferindo trabalhar na rua, tem anúncio num *site* da Internet e paga R\$ 50,00 mensais para mantê-lo.

O cliente a contrata através de aplicativo de mensagens e se encontram em motéis ou em domicílio. “Dá medo de ir em casa de estranho, mas não tenho outra escolha. A gente confia na honestidade das pessoas” (K1). Ela conta que um cliente já deixou de lhe pagar R\$ 80,00 e por isso só trabalha com valor quitado antecipadamente. “K1” diz que não pode se considerar amiga de suas colegas de rua, mas acha que uma ajudaria a outra em casos de violência. Frisa que apenas na conquista do programa é que há desavenças.

Há disputa para parecer mais feminina também, todas gastam muito em procedimentos cirúrgicos e em produtos de beleza. Há um jogo de vaidades. “O nosso espaço é somente nosso, ninguém entra ali sem ser convidada ou sem pagar pra nós” (K1).

A prostituta trans* “K2” conta que fica na rua no mínimo duas vezes por semana e que atende em um apartamento perto do Motel Coliseu, tendo uma clientela fiel. Às vezes consegue faturar R\$ 1.000,00 por noite. Na rua, cobra de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 por programa e no privê cobra R\$ 250,00: “O difícil de batalhar é ficar na rua com roupa curta, às vezes mostrando as nádegas e os seios para conseguir programa, e no inverno é muito frio” (K2).

“A” relata que convive bem com as mulheres do seu ponto. Conta que é a mais atuante, pois nos dias frios as outras ficam em casas noturnas: “Entre nós não há problemas” (A). Ela cobra de R\$ 30,00 a R\$ 120,00 por um programa que ocorre geralmente em um *drive-in*, espécie de estacionamento em que há uma cobertura

de lona em cima das garagens. Diz que muitas mulheres aparecem poucas vezes no mês, ainda mais no mês de julho, mas ela, como tem marido e dois filhos para criar e não tem como deixar de trabalhar é mais frequente. Relata que mora na Zona Norte de Porto Alegre e o marido a deixa e a busca de motocicleta quando ela trabalha, geralmente de quinta-feira a domingo. Algumas vezes, trabalha às segundas, “porque tem poucas mulheres na batalha” (A).

“C” conta que chega pelas 17h e fica ali até a madrugada, mas não trabalha em dias de chuva:

No inverno é horrível, pois ficar com pouca roupa na rua é muito complicado. O cliente me aborda e falo meu preço que varia de R\$ 40,00 a R\$ 150,00, dependendo do que ele deseja e da aparência dele. Não topo nada com pessoas muito velhas e com aparência suja. Sou muito bonita para aturar esse tipo de cliente. Normalmente eles vêm de carro ou até moto. Alguns vêm a pé. Costumo atender no *drive-in* (estacionamento) e nos hotéis da região (C).

“G” diz que não tem problema com ninguém e se dá bem com as duas mulheres que ficam no mesmo local que ela: “Eu sou novata, não tenho do que reclamar” (G).

As declarações das entrevistadas reforçam a afirmação de que a maioria absoluta dos clientes dos serviços de prostituição é do sexo masculino, aproximadamente 96% a 99% (BEAUVOIR, 2012). Esses homens, majoritariamente casados, justificam a procura pelas prostitutas, alegando solidão, conflitos sexuais, desejos não compartilhados com a esposa e intenção de uma relação sexual breve e descompromissada (CHILAND, 2015).

Dessa forma, não precisam se preocupar com o aspecto emocional da prostituta nem com uma eventual gravidez. Além disso, o fato de estar pagando pelo sexo o isenta de compromisso e lhe confere poder sobre o serviço pelo qual paga (DIMENSTEIN, 2013).

Quanto à variação do preço dessa prestação de serviço, Silva; Alves Neto (2018) entendem que não se pode perder de vista que o estudo da prostituição requer, primeiramente, uma visão sobre a atividade no âmbito do sistema capitalista, pois é impossível separar o exercício da atividade sexual como comércio desse sistema. Dessa forma, a estruturação das classes sociais no regime é clara e, portanto, é compreensível que exista, também nessa atividade, diferentes preços, visando atender as mais diversas classes de clientes.

A vida é submetida a uma lógica destrutiva de acumulação e o corpo é negociado como uma mercadoria. Sendo observado o aumento da desigualdade social, que prejudica diretamente as camadas mais pobres da sociedade, afetando suas condições de trabalho, salários e a flexibilização dos direitos trabalhistas. (DUARTE; COSTA, 2019).

Existe ainda uma ampla gama de pontos para atendimento, de acordo com os diferentes territórios, como explicam Silva; Alves Neto (2018): as casas de prostituição da cidade são separadas no contexto de espaço e no contexto social. Enquanto na região central ficam as casas de massagens e os privês das prostitutas que atendem em seu próprio local, nos bairros se encontram as boates e casas noturnas mais luxuosas, com preços mais altos que acabam por selecionar seus frequentadores (SILVA; ALVES NETO, 2018).

7.2.11 No seu local de atuação já sofreu alguma violência? Se sim, quem foi o (a) agressor(a)? (colegas, polícia, clientes ou pessoas que exploram a prostituição).

A prostituta trans* “K1” relata que todas têm problemas quando há muitas mulheres atuando nas ruas:

Se chega um cliente em um dia ruim, com muita mulher na rua, pode ter certeza de que vai ter briga. A gente disputa a tapa os clientes. É bem comum a gente ficar desnuda na rua. Eu já fazia isso em São Paulo agora faço aqui em Porto Alegre. Não tenho nenhum problema com isso, então posso te dizer que já tomei uns tapas de uma colega. E um cliente também foi um pouco grosseiro comigo, me chamou de aberração antes da gente namorar. Saí correndo do motel. Às vezes aparecem pessoas loucas na nossa vida (K1).

Já a entrevistada trans* “K2”, embora tenha perdido uma amiga trans* assassinada em 2017, declara nunca ter sofrido violência física, apenas psicológica:

Na época das eleições foi um horror, vinha carros com bandeira de um candidato jogando até ovos na gente. Povo homofóbico. Esses caras que fazem isso são os mesmos que procuram mulher trans* para atuarem como sujeito passivo da relação sexual (K2).

“K2” conta que suas amigas andam armadas com facas e *spray* de pimenta para espantar agressores, mas muitas vezes eles passam de carro, mexem com as mulheres e vão embora rindo. “R”, também trans*, por sua vez, conta que já teve problema com o gigolô de uma colega que lhe jogou água e que já brigou com uma mulher por causa do ponto: “Antes a polícia era mais truculenta, colocava as travestis no paredão pra revistar, procurando droga” (R). Agora o ambiente está mais tranquilo, segundo ela, até porque não tem muito o que proteger no local, já que a maioria dos estabelecimentos comerciais fecha durante a noite. “R” afirma pagar propina para a facção, mas desconversou quando foi questionada sobre o valor.

A prostituta cisgênero “A” não quis responder se paga pedágio para trabalhar na Avenida Farrapos, apenas afirmou que existe uma facção que atua na região, mudando rapidamente de assunto:

Tivemos um ataque policial bem violento no início do ano (2019). Estavam procurando drogas. O que mais me deixou triste foi que fomos revistadas por “brigadianos” homens. Eu nunca usei drogas, mas sei que as gurias gostam. A gente estava trabalhando e os caras vêm nos xingando e nos colocando na parede. As gurias dizem que é bem comum esse tipo de abordagem, mas foi a única vez que vi. Com cliente eu nunca tive problema. Eu tenho um “tino” de olhar para a pessoa e ver se ela é de boa ou não. Se o cara tem cara de tarado agressivo eu nem dou conversa, me finjo de surda.

“C” relatou que um guarda do posto foi extremamente violento ao mandá-la atravessar a rua em certa ocasião:

Me chamou de tudo quanto é palavrão e me ameaçou com uma vassoura. Foi horrível. Ele só não me bateu porque tinha clientes no posto e todos começaram a xingá-lo. Eu pensei em abrir um BO, mas quem vai dar ouvidos para mim? Quem sou eu para enfrentar essa violência sozinha? Eu apenas me calei e agora não fico do lado do posto. O cara acho que foi demitido ou afastado, não vi mais ele. Eu tento ser calma e não “dar bola” para as ofensas que recebo de pessoas que passam de carro, mas sou gente e às vezes eu me explodo com isso. Teve outra vez que o cliente me tirou do carro dele segurando os meus cabelos. A gente tinha acertado um preço, mas na hora de me pagar ele queria me dar apenas R\$ 50,00. Saí do carro e ele me puxou pelos cabelos. Falei que andava armada e que tinha um neguinho gigolô que me seguia nos programas e ele me soltou. Por isso cobro antes o valor do programa. Ainda bem que faço isso. Passar por isso é muito chato porque muitos homens pensam que somos objetos, que não temos sentimentos. Tem dias que eu não tenho vontade de sair de casa, mas tenho que ir

trabalhar. Depois que esse senhor me machucou passei uns bons dias sem aparecer, mas as contas foram chegando e tive que voltar. Pensei em ir para uma boate, mas eles são muito rigorosos com as gurias, hora para chegar, para sair, a comissão que eles cobram é em torno de 70% do valor do programa e ainda ganham com aluguel do quarto e não é com carteira assinada (C).

“G” conta que a polícia uma vez a colocou contra a parede para revistá-la à procura de armas ou drogas. Diz que nunca usou drogas, apenas bebe:

Eles foram bem truculentos ao passar a mão no nosso corpo, não tendo policiais mulheres para nos tocar. Foi bem humilhante, nos tocaram sem nos pagar. E todos estavam de capacete e sem o nome registrado na camisa. Com a polícia e os caras do pedágio não dá para brigar. Ficamos nas mãos deles.

Corroborando com os relatos das entrevistadas, percebe-se que, de modo geral, as prostitutas enfrentam, na sua atividade, situações de extrema violência que pode partir de clientes, de colegas de profissão, de cafetões, da sociedade e da própria polícia. Dados sobre prostituição em diversos países referem-se a altos índices de agressão, desde ameaças até assassinatos, passando por assaltos, estupros e outras formas de violência. (CHILAND, 2015).

As opções sociais compulsórias decretadas pela heteronormatividade determinam todo o preconceito e subentendem a violência moral, negando o *status* social das trabalhadoras sexuais passíveis ainda mais de exclusão, marcadas pela violência discriminatória, gerada no ventre do androcentrismo (tendência de supervalorizar o pensamento masculino) (BOURDIEU, 1999).

As consequências dessa violência são os frequentes distúrbios físicos e psicológicos. Muitas prostitutas são acometidas por transtornos de estresse pós-traumático ainda mais acentuados que os veteranos da Guerra do Vietnã e Guerra do Golfo Pérsico (OLIVEIRA, 2018).

Uma das figuras mais presentes nesse grupo social é o cafetão. Em seu estudo sobre as diversas iniciativas criminais relativas à prostituição, Ouvrard (*apud* MARGOTTI, 2017) divide os rufiões em duas categorias: busca forçada e aquisição de apoio. Segundo Ouvrard (*apud* MARGOTTI, 2017), a busca forçada promove a prostituição de terceiros ou lucro com ela; essa categoria de cafetão usa de violência física e todo tipo de intimidação para obrigar uma pessoa a se iniciar na prostituição ou a se manter nela. A aquisição de apoio, é relativa àqueles que procuram ajudar, proteger e por fim lucrar com a prostituição de terceiros. Esse suporte, direto ou

indireto, permite, por exemplo, que clientes e prostitutas se contatem, oferecendo a intermediação na negociação e um local para o encontro; em contrapartida, a prostituta paga a quantia combinada ao cafetão (MARGOTTI, 2017).

7.2.12 Qual é o motivo de escolher a Avenida Farrapos?

“K1”, prostituta trans*, responde que acredita que seja o lugar onde tenha mais prostitutas trans* na cidade. Diz que é a primeira vez que trabalha na rua em Porto Alegre e que resolveu tentar batalhar na rua a fim de captar mais dinheiro. Não se interessaria em ir para algum lugar que não seja conhecido como zona de prostituição, pois pensa que não ganharia dinheiro ali. A Avenida Farrapos “é o local da prostituição em Porto Alegre. Já é conhecida a região” (K1). A trans* “K2” confirma que a região da Avenida é uma zona conhecida de trabalho. Todas as colegas de profissão já passaram por lá. Os atendimentos no privê acontecem nas imediações, o que facilita muito: “Todos os privês são por aqui, e temos a facilidade de ter motéis e estacionamentos para realizar os programas. Faço programas dentro dos carros, nas ruas de trás, que são mais escuras, mas só quando for sexo oral” (K2). “R”, que também é uma prostituta trans*, diz que a Avenida Farrapos é um lugar conhecido para quem precisa dos serviços de prostituição. Segundo ela, estando numa esquina da Avenida Farrapos, o cliente pode ir direto ao ponto, sem desconfiar de que as mulheres ali presentes não sejam prostitutas. Conta que:

Na batalha, a gente faz uma nova família. Se eu andasse em outra rua sem essa fama passaria fome, porque os homens que nos procuram, muitas vezes, têm vergonha. São homens, na maioria das vezes, casados que se escondem das esposas para transar conosco.

“A” diz que não muda de local por ser conhecida nas ruas em que atua e ter uma clientela fidelizada:

Eu, quando briguei no Club, não tive muita opção. Ou morava na rua ou voltava para minha cidade pedindo carona. Seria bem difícil. Eu não escolhi. Era a opção que eu tinha. Estou na batalha agora, não sei se um dia irei parar. É difícil se deitar com homem estranho

e ficar na rua, mas é o que destino me deu. Posso um dia terminar o colégio e fazer um curso de técnica em enfermagem, mas por enquanto isso é só pensamento. Já viu puta estudar? (A)

“C” diz que para ela não foi uma questão de escolha. Sua prima precisou sair e a mandou para lá:

Creio que seja um lugar onde todos saibam que vão encontrar sexo. Acho que até as pessoas de fora da cidade devem saber disso. Eu quando pensava em Farrapos já pensava nas gurias. É algo que está invisivelmente tatuado nas ruas de lá (C).

“G” foi mais prática: “Quando cheguei, pesquisei qual era o local da noite em Porto Alegre”. A concentração de prostitutas no entorno da Avenida Farrapos pode ser explicada por Tuan (1979) ao afirmar que cada lugar é um pequeno mundo, mas o sentido de mundo pode ser encontrado na arte de forma mais explícita do que na teia abstrata das relações humanas. Um lugar pode ser um espaço público, mas pode também ser o campo das emoções pessoais. Tuan (1979) complementa sua análise sobre lugar dizendo que o lugar é um ponto ligado a outro ponto em uma rede de circulação, mas é ainda um espaço íntimo, onde se encontram as vivências e os desejos de uma pessoa. Assim, o lugar não é apenas um local a ser definido pelo espaço, mas uma estrutura definida pelas experiências pessoais de cada um.

Sob a ótica de Rodrigues (2015), o lugar é construído pelo indivíduo à medida em que ele mesmo se constrói no aperfeiçoamento de sua relação com o mundo e com a sociedade. Ao considerar que o conceito de “pedaço” é utilizado pelos antropólogos Magnani; Torres (2002), entende-se como se dá a adaptação das prostitutas no entorno da Avenida Farrapos. A palavra “pedaço”, no contexto abordado, indica uma região ou um local específico onde se reúnem indivíduos que partilham da mesma vivência, possuindo gosto, estilo, linguajar e modo de vida semelhantes.

Por outro lado, a zona de prostituição não é necessariamente fixa e pode ser transferida para outro local da cidade, de acordo com as conveniências e necessidades. No entender de Souza (1995), os pontos de prostituição variam bastante de lugar, mudando, de acordo com as conveniências e ocupando esquinas e ruas diferentes, pois se adequam às situações funcionais e não afetivas. Esses pontos podem ser extremamente disputados por grupos rivais e, no caso de

travestis e prostitutas, pode ocorrer de uns expulsarem outros das áreas de maior interesse.

7.2.13 Sofreu algum tipo de discriminação por ser travesti ou mulher trans* durante a sua atuação na Avenida Farrapos? (Pergunta destinada às mulheres trans*)

Conforme Louro (2001) há marcas que excluem ou incluem corpos específicos de determinados espaços e grupos, que podem ou não usufruir de direitos. Esses corpos, de acordo com sua espacialidade, podem estar no centro ou à margem; e quando não correspondem ao padrão estabelecido, podem sofrer insultos e violência física e verbal. Quando o corpo extrapola as barreiras da heteronormatividade, ocorre uma transgressão, que está marcada simbólica, material e socialmente. As marcas limitam-se ao julgamento exterior de certo e errado, corrompendo a moralidade e os bons costumes.

Salienta-se que “tais construções ainda colocam a travestilidade e a transexualidade nos manuais de transtornos mentais, reduzindo-as ao aspecto patológico” (SOFAL et al., 2019).

A identidade de gênero, diferindo do ideal de gênero binário, refere-se à como a pessoa se identifica, com o gênero feminino, masculino, com os dois ou havendo uma variação entre eles, sem precisar existir, necessariamente, uma continuidade entre genitália (e outras características biológicas que determinam o sexo) e o gênero (entendido numa perspectiva de construção social). Existem variados tipos de gênero, entre eles os que não se encaixam no binarismo homem/mulher. (CHAGAS; NASCIMENTO, 2017).

Assim, pode-se dizer que estas construções socialmente impostas relacionadas ao sexo biológico e ao gênero, generalizam um padrão do certo e do errado, do que é ser homem e ser mulher, causando exclusão do ciclo social, discriminação e negação de direitos às mulheres trans*, sendo conceituadas como cidadãs que ofendem “a ordem vigente da sociedade” (SOFAL et al., 2019).

Conclui-se que a violência contra a população trans e travesti emerge de uma angústia pré-simbólica frente a fissura na certeza do sexo/gênero que as figuras tidas como abjetas estampam. Contudo, é importante ressaltar o apagamento dos corpos travestis e transexuais, que mesmo quando evidenciados na emergência de

discursos na atualidade, são apagados na representação pela cisgeneridade. (SANTOS, 2012).

A entrevistada “K1” conta que, eventualmente, rapazes passam de carro, gritam palavrões e xingam. Algumas trans* se defendem com objetos que estão próximos ao alcance, mas “K1” geralmente não reage, explica que “a maioria, são crianças que queriam nos ter e não podem”. “K2” relata que frequentemente são xingadas de demônio e de coisas bem piores e ofensivas: “eu, no início, ficava meio abalada, mas agora nem dou bola. O ruim foi o dia que jogaram ovos na gente, tive que voltar para casa, porque fiquei toda suja e com raiva”. “R” diz que nunca sentiu discriminação diretamente a ela por ser trans*. Acha que a discriminação é velada, em alguns comentários gerais. Um aspecto que a incomoda é o cliente se referir a ela no masculino, mesmo sendo corrigido.

Na análise de Silva (2014), essas pessoas sofrem com seus conflitos interiores e com o preconceito de estranhos e de pessoas próximas, e isso acaba por fazer com que elas próprias passem a desrespeitar o próprio corpo por se considerarem anormais, diante do padrão convencionado pela sociedade.

A orientação sexual não heterossexual foi removida da Classificação Internacional de Doenças – CID, conforme Guimarães, *apud* (PINÓS, 2007)

a Associação Psiquiátrica Americana retirou o homossexualismo da lista de transtorno mentais em 1973. Em 1985 o homossexualismo perde no Brasil o caráter de desvio e transtorno sexual e, em 1993, a Organização Mundial da Saúde adota o termo homossexualidade no lugar de homossexualismo (identificador de doenças). Em março de 1999, entra em vigor a resolução nº 001/99, do Conselho Federal de Psicologia, reiterando que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio, nem perversão Guimarães, *apud* (PINÓS, 2007, PAG 32)

Apesar disso, em 2011 foi apresentada a proposta do decreto 234/11 do Deputado Federal João Campos (PSDB-GO), apelidada de “Cura *gay*” que mesmo com tom preconceituoso e não condizente com a ciência, foi apoiada por muitos representantes da sociedade brasileira, revelando que muitos consideram que uma pessoa não ser heterossexual é uma anormalidade que precisa ser tratada.

Kulick (2008) afirma que o trabalho nas ruas faz com que as mulheres trans* fiquem expostas à violência, sendo facilmente agredidas por policiais, pedestres, pessoas que passam nos carros e em transporte público. Geralmente, as agressões são ofensas e xingamentos, mas já houve muitos casos de espancamentos.

Pessoas que passam em carros jogam pedras e outros objetos e chegam a dar tiros nessas mulheres, na certeza da impunidade porque, geralmente, não são sequer identificadas, e quando são detidas contam com penas brandas.

As entrevistas mostraram que a violência é praticada por diferentes membros da sociedade que não admitem que pessoas trans* sejam tão dignas de respeito. É como se cisgêneros acreditassem que se pessoas trans* tiverem direitos básicos, os cisgêneros perderão seus próprios direitos.

No caso das prostitutas entrevistadas, foi observado que grande parte da violência sofrida é praticada pelos próprios clientes, que se aproveitam da vulnerabilidade das profissionais. Carrieri; Souza; Aguiar (2014) explicam que muitos clientes não consideram que prostitutas trans* sejam humanas, e por vê-las como meros brinquedos sexuais não se constroem em agredi-las fisicamente.

Diferentes estudiosos enumeram causas para a violência sofrida por esse grupo de pessoas. Kulick (2008) afirma ser sabido que a violência faz parte do cotidiano da maioria dos brasileiros, mas nenhum outro grupo social está mais sujeito a essa violência que as mulheres trans*.

Muitos homens não hesitam em se declarar atraídos por essas mulheres, mas outros são extremamente hostis e elas precisam estar sempre preparadas para enfrentar agressões de toda ordem, que podem partir de todo tipo de pessoa, homens ou mulheres. Mulheres trans* precisam, a todo momento, reafirmar que têm direito de ocupar todos os espaços e precisam, também, estar conscientes que podem, a qualquer momento, ser alvo de agressão por parte de pessoas que se ofendem pela simples presença de uma mulher trans*.

No entender de Carrara; Vianna (2006), as mulheres trans* que exercem a atividade da prostituição tornam-se ainda mais vulneráveis e expostas à homofobia. A simples identidade de gênero dessas mulheres faz delas, muitas vezes, vítimas do que pode ser classificado como crime de ódio. A sociedade que se considera “normal” se incomoda com o que foge à “normalidade” e, assim, a violência, velada ou explícita, é utilizada como ferramenta para punir aqueles que se desviam do que é convencionalizado como sexualidade normal.

No entendimento de Carrieri; Souza; Aguiar (2014), o padrão de corpo feminino e masculino, determinado pelo modelo binário, faz com que as trans* tentem se ajustar a esse modelo que é o considerado normal, não enxergando outra alternativa além dessa. Quando buscam, a qualquer custo, adequarem seu corpo

ao padrão binário de gênero, alimentam seus conflitos, tornando-se a maior vítima de um padrão imposto por uma sociedade conservadora e intolerante.

De acordo com Silva; Barboza (2005), os grupos dominantes usam da violência como ferramenta para solução de questões tanto entre classes sociais, como questões intersubjetivas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, podemos dizer que uma pesquisa que abrange indivíduos não deve apresentar uma conclusão, mas sim, as considerações finais que direcionam a um enfoque atual da situação pesquisada. A presente dissertação teve como objetivo geral verificar como ocorre a separação representativa de espaços, a partir das particularidades instituídas pelas mulheres profissionais do sexo atuantes nas ruas de uma região específica em Porto Alegre. A ideia inicial foi identificar as características sociais, culturais e de gênero que diferenciam a separação territorial. Além disso, teve-se como enfoque averiguar a razão da concentração de prostitutas cisgêneros e trans* no eixo existente da Avenida Farrapos e adjacências na cidade de Porto Alegre, e também verificar outros fatores que caracterizam a prostituição nessa região.

Durante a realização da pesquisa e a partir da bibliografia consultada, foi possível verificar o surgimento da Avenida Farrapos: como a região teve seu apogeu e seu declínio, inclusive com as duas faces da região – durante o dia um local comercial e um dos principais caminhos rumo ao centro de Porto Alegre, e à noite, um território da prostituição. As entrevistas com as prostitutas trans* e cis comprovaram a referida região como atração para as suas atividades, além de esclarecerem outros fatores sobre o exercício da sua profissão naquele local. Salientou-se que a localização da avenida foi o fator mais importante para o início da prostituição na região.

O gênero foi conceituado como o conjunto de ideias, representações, práticas e prescrições sociais que uma cultura desenvolve da diferença anatômica entre mulheres e homens, para simbolizar e construir socialmente o que é próprio dos homens (masculino) e o que é próprio das mulheres (feminino). Atualmente, reconhece-se que a característica da cultura é a sua natureza simbólica, que entrelaça um conhecimento tácito; sem este, não há interação social ordenada e rotineira, que faz com que as pessoas compartilhem significados não verbalizados, nem explícitos e que são tomados por verdades. Nesse entrelaçamento tácito, o gênero é o elemento básico da construção da cultura. Dentro da bibliografia analisada, o senso de gênero foi reformulado para referir-se ao cultural e, assim, distingui-lo do biológico. Esse novo significado está sendo usado nas ciências sociais, embora seu uso apresente várias dificuldades.

A pesquisa ocupou-se da descrição de ocupação territorial das prostitutas; suas influências teóricas se concentram na posição sócio-geográfica e no feminismo. As geógrafas feministas enfatizam as limitações de distância e separação espacial, argumentando que o gênero é apenas uma abordagem estreita ao entender a opressão das mulheres ao longo de décadas da história colonial. Uma crítica inicial da geografia feminista à abordagem tradicional é que os papéis de gênero foram explicados principalmente como desigualdades de gênero, em combinação com alguns conceitos de restrição espacial. Os autores descrevem a ideia de espaços geográficos em um contexto em que as ações sobre as representações da prática de gênero foram fabricadas por crenças ideológicas dominantes.

Vimos a territorialidade da prostituição como multifacetada, justaposta, sobreposta, em tensão e fundamentalmente constitutiva da sociedade. As áreas de prostituição tendem a ser segregadas do resto da cidade, devido a um isolamento moral, pois, embora a prostituição esteja integrada à dinâmica da cidade, ainda existe resistência por parte da população. Por mais que residam ou trabalhem na região, as demais pessoas preferem manter-se a uma certa distância das áreas de interação profissional e social das trabalhadoras sexuais.

Os territórios da prostituição são a apropriação de ruas por um certo período de tempo por grupos de profissionais do sexo. Nesses territórios, as redes de relacionamentos são fornecidas e há códigos que garantem e legitimam certas áreas como territórios para a atividade de prostituição. Em outra perspectiva, o

canto, a esquina ou o pedaço de rua que a prostituta ocupa se torna diferente dos outros cantos, esquinas ou pedaços de rua, pois o que ela ocupa pertence a ela e é identificado como um território de prostituição.

Tendo em vista que os objetivos propostos foram alcançados, considera-se respondida a problemática que motivou o presente estudo no que diz respeito à formação de territorialidades distintas entre os grupos de prostitutas que se concentram na região da Avenida Farrapos, na cidade de Porto Alegre. As entrevistas com as prostitutas trans* e cis esclareceram que existem diferentes territórios desses grupos de mulheres e que a natureza dos agrupamentos das envolvidas não é efêmera, já que elas estão sempre nos mesmos pontos e há uma separação linear entre os locais em que atuam as mulheres cis e trans*, dividindo o território ao longo da Avenida Farrapos e suas redondezas.

Por intermédio das conversas, ficou demonstrado, na maioria dos casos, que as mulheres se iniciam na profissão por falta de oportunidade, problemas familiares e dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal. No caso das mulheres trans*, a falta de aceite do seu gênero ocasiona, na maioria dos casos, a necessidade de buscar sustento nas ruas.

Outra consideração importante é que todas as entrevistadas fixaram seu ponto de trabalho pela indicação de outras mulheres, o que demonstra que o território é fechado, não possibilitando a pessoas estranhas aos grupos atuarem na região.

Cumprido salientar que algumas entrevistadas relataram terem sofrido violência física e moral tanto por parte da polícia, como por parte de clientes o que demonstra a vulnerabilidade dessas profissionais, que trabalham por si sem poder contar com proteção à integridade física e moral. Isso se apresentou com mais ênfase na análise das entrevistas das mulheres trans*, pois as três entrevistadas relataram terem sofrido violência.

Diante das situações adversas encontradas durante a execução da pesquisa, além da impossibilidade de uma dissertação abarcar todos os assuntos, pode-se dizer que a discussão sobre o tema não se esgotou com este trabalho. Como já foi inúmeras vezes pontuado, as prostitutas recebem uma capa de invisibilidade da sociedade e trata-se de um assunto pouco explorado na geografia. Tópicos como

características da territorialidade das prostitutas cis e trans* nas boates privadas em Porto Alegre poderiam indicar a continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

BARNART, FABIANO. **As Travestilidades na Ditadura: A interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BECKET, C. J.; KOHLRAUSCH, L. **À luz do sol: as garotas do sexo da Praça da Alfândega do centro de Porto Alegre**. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/10286/7253>>. Acesso: em 20 jul. 2018.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: 1999

BOFF, TIAGO. **Insegura, degradada e com mais de cem imóveis fechados, Avenida Farrapos tenta se reerguer**. In: Gaúcha ZH (26 set. 2019). Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/09/insegura-degradada-e-com-mais-de-cem-imoveis-fechados-avenida-farrapos-tenta-se-reerguer-ck0zxli1h004101r2uozuvww3.html>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 4.211/2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal.

BUTLER, J. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York, London: Routledge, 2003.

CANOFRE, F. **No 4º Distrito de Porto Alegre, abandono e promessas se misturam. A quem serve a 'revitalização'?**. In: Sul 21 (14 ago. 2017). Disponível em: <<http://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. In: **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.º 2, p. 233-249, 2006.

CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A.R.C. **Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CHAGAS, E. N.; NASCIMENTO, T. E. P. **(In)visibilidade trans**: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. 2017. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrevediscussaoacercadatransfobianavidadetravestisetransexuais.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2020.

CHILAND, C. **O sexo conduz o mundo**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COLLING, L. (org). **Stonewall 40 + o quê no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

COSTA, B. P. da. **Por uma geografia do cotidiano**: território, cultura e homoerotismo na cidade. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

DA SILVA, Susana Maria Veleda. Geografia de Gênero/Feminista, O que é isso?. Boletim Gaúcho de Geografia. mar. 1998. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/38385/25688>. Acesso em : 30 jun.2020.

DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite**. A prostituição de meninas escravas no Brasil. 3. ed. São Paulo: Ática, 2013.

DORNELLES, R. **Facção criminosa cobra pedágio da prostituição em Porto Alegre**. In: Gaúcha ZH (17 dez. 2016). Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/12/facao-criminosa-cobra-pedagio-da-prostituicao-em-porto-alegre-8787625.html>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

DUARTE, J. B.; COSTA, R. M. P. **“Da Noite Para o Dia”**: o tráfico de pessoas, a exploração sexual e a prostituição para as travestis e transexuais. 2019. Disponível em: <<http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/981>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DUBERMAN, M. **Stonewall**. 2. ed. Trad. Myrian Batista Gonçalves. São Paulo: Plume, 2014.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, D. O espaço como palavra chave. 1973. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (org.) **David Harvey: a critical reader**. Tradução livre: Letícia Giannella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HASSE, G. **Construída há 80 anos, Avenida Farrapos tenta se recuperar**. *Jornal do Comércio* (12 abr. 2019). Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cultura/2019/04/678630-construida-ha-80-anos-avenida-farrapos-tenta-se-recuperar.html>. Acesso em: 21 jan. 2020.

HOLZER, W. **A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: Eduel, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **População cidades**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Fiocruz, 2008.

Lado A. **Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera: ativistas LGBT que por pouco não caíram no esquecimento**. (24 ago. 2017). Disponível em: <<https://revistaladoa.com.br/2014/04/noticias/ativista-harvey-milk-deve-virar-selo-dos-eua-com-direito-bandeira-gay/>>. Acesso em 31 jul. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LENHARO, M. **Entenda o que é o hidrogel e quais são os riscos do procedimento**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/12/entenda-o-que-e-o-hidrogel-e-quais-sao-os-riscos-do-procedimento.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LINS, R. N. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2014.

LOURO, G. L. Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n.º 2, p. 541-553, 2001.

MAGNANI, J. G. Cantor; TORRES, L. de L. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

MARGOTTI, A. **Direito à prostituição: legalização e regulamentação do lenocínio no Brasil**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

MARTINS, R. **Dia internacional da prostituta: de olho em Lyon, onde tudo começou.** In: Mundo Invisível (31 mai. 2015). Disponível em: <<http://mundoinvisivel.org/dia-internacional-da-prostituta-de-olho-em-lyon-onde-tudo-comecou/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MCNEILL, M. **The Honest Courtesan.** 2012. Disponível em: <<https://maggiemcneill.wordpress.com/2012/06/02/the-birth-of-a-movement/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MELLO, L. C. de A.; FRANCESCHINI, R. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um ensaio conceitual. In: **Temas em Psicologia**, v. 18, n.º1, p. 153-165, 2010.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2004.

NABOZNY, A. **Meninas prostituídas e suas geografias.** São Paulo: Paço Editorial, 2013.

NÓBREGA, R. **Stonewall Inn Reparos: uma história da luta trans.** Disponível em: <<http://www.justificando.com/2017/06/28/stonewall-inn-reparos-uma-historia-da-luta-trans/>>. 2017. Acesso em: 28 jan. 2020.

QUEER FEED. **O que foi a Revolução de Stonewall.** 15 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.queerfeed.com.br/o-que-foi-rebeliao-de-stonewall/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

OLIVEIRA, A. **Andar na vida: prostituição de rua e reação social.** São Paulo: Almedina Brasil, 2018.

_____. da S. de. Corpos com história: pensando o movimento travesti e transexual através da trajetória de Marcellly Malta. **Bilros**, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 194-212, set.-dez., 2017.

ORLANDI, E. P. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** 1999. Disponível em: http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf. Acesso em: 08 ago. 2018.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n.º 2, p. 309-322, jul./dez. 2008.

_____. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

_____. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti no sul do Brasil.** Projeto Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1975.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, v. 25, jul-dez. 2005.

PEREIRA, P. **As prostitutas na História** - De deusas à escória da humanidade. 2009. Disponível em: <<http://historia.com/2009/03/as-prostitutas-na-historia-de-deusas.html>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

PEREIRA, R. da C. Gêneros, transgêneros, cisgêneros: orgulho e preconceito. In: **ConJur**, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mar-11/processo-familiar-generos-transgeneros-cisgeneros-orgulho-preconceito>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

DA COSTA, Benhur Pinós. **Por uma Geografia de Cotidiano: Território, Cultura e Homoerotismo na Cidade**. 2007. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PRADA, M. **O mais antigo dos preconceitos**. In: Revista Trip (02 jun. 2017). Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/no-dia-internacional-das-prostitutas-e-puta-dei-monique-prada-escreve-sobre-a-luta-por-direitos-na-mais-antiga-das-profissoes>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

QUEIROZ, N. **Breve história da prostituição**. 2017. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/breve-historia-da-prostituicao-da-puta-sagrada-a-devassa-pecadora/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REIS, Maíra, Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.º 38, jul./dez. 2015.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

RIBEIRO, D. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. In: COLLING, L. (org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

RIBEIRO, M. Â.; OLIVEIRA, R. da S. (orgs.). **Território, sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

RODRIGUES, K. O conceito de lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo. XI Encontro Nacional da Anpege, de 09 a 12 de outubro de 2015. **Anais [...]**, 2015.

ROSSIAUD, J. **A prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RUSCHEL, S. P. **A modernidade na Avenida Farrapos**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SACK, R. D. (ed). **Progress**: geographical essay. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

SANTOS, J. A. dos. **Gênero na teoria social**: papéis, interações e instituições. Juiz de Fora-MG: UFJF, 2008.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. In: **Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Por uma geografia nova**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. In: **Athenea Digital**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Instituto de Saúde, Brasil, n.º 8, p. 27, 2005.

SILVA, F. M. B. da. Travestis e tensões acerca das fronteiras de gênero e sexo: prostituição na Lapa e adjacências, territorialidades multifacetadas. In: **II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades**: Interseccionalidade, gênero e sexualidades na análise espacial, Porto Velho – Rondônia, 2014, Anais [...], 2014.

SILVA, J. M. (org). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.º 27, p. 39-55, jan./jun. de 2010.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Rumo a uma geografia feminista decolonial – entrevista com Sofia Zaragocin (Equador). In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n.º 1, p. 195 - 204, jan. / jun. 2018.

SILVA, R. A. L. da; ALVES NETO, C. S. **Meretrizes**: a geografia da prostituição em Florianópolis. 2018. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomicas/Geografiacultural/104>>.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

SOFAL, A. M. S. et al. Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: ser “t” e “estar prostituta. In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.º 2, p. 375-396, jan./jun. 2019.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington, D.C.: Association of American Geographers, 1971.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TORRES, G. V.; DAVIM, R. M. B.; COSTA, T. N. A. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 7, n. 3, p. 9-15, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01041691999000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2019.

TUAN, Yi-Fu. *Space and place: humanistic perspective*. In: GALE, S.; OLSSON, G. (orgs.). **Philosophy in geography**. Dordrecht: Reidel, 1979.

WASTL-WALTER, D.; STAEHELI, L. Territory, territoriality, and boundaries. In: STAEHELI, L.; KOFMAN, E.; PEAKE, L. (Org.). **Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography**. New York: Routledge, 2004.

ANEXO

QUESTIONÁRIO APLICADO

1. Se identifica como mulher cis ou mulher trans?
2. Idade?
3. Há quanto tempo atua nas imediações da Avenida Farrapos?
4. Qual em qual rua você atua?
5. Você sempre atuou nesse mesmo local? Se a resposta for negativa, informar o local, o período e o motivo da mudança.
6. Quantas outras mulheres normalmente ficam próximas a você?
7. Já existiam outras mulheres quando você chegou?
8. Como ocorreu o processo de ocupação desse espaço para sua atuação?
Houve alguma disputa? Se sim, com quem?
9. Em qual horário ocorre sua atuação na avenida Farrapos?
10. Por favor, nos fale como é sua vivência no seu local de atuação.
11. No seu local de atuação já sofreu alguma violência? Se sim, quem foi o (a) agressor(a)? (colegas, polícia, clientes ou pessoas que exploram a prostituição)
12. Qual é o motivo de escolher a Avenida Farrapos?

13. Sofreu algum tipo de discriminação por ser travesti ou mulher trans durante a sua atuação na Avenida Farrapos? (Pergunta destinada às mulheres Trans*)